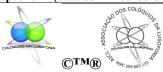


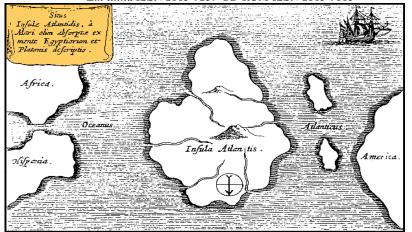
Todas as edições em www.lusofonias.net

Editor AICL - Colóquios da Lusofonia Coordenador CHRYS CHRYSTELLO

CONVENÇÃO: O Acordo Ortográfico 1990 rege os Colóquios da Lusofonia e é usado em todos os textos escritos após 1911 (data do 1º Acordo Ortográfico)



Editado por COLÓQUIOS DA LUSOFONIA (AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL COLÓQUIOS DA LUSOFONIA) Em linha ISSN 2183-9239 CD-ROM ISSN 2183-9115



Nota introdutória do Editor dos Cadernos,

Os suplementos aos Cadernos Açorianos servem para transcrever textos em homenagem a autores publicados pelos Colóquios da Lusofonia, pelos seus participantes ou até pelos próprios autores.

Hoje este Suplemento #0 é dedicado a ANABELA MIMOSO

Aqui se transcrevem textos em homenagem a autores publicados pelos Colóquios da Lusofonia ou pelos seus participantes.

Em torno dos Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga de Anabela Mimoso (Vila Nova de Gaia, Calendário de Letras, março de 2010) Recensão por Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos

Já faltava nas livrarias, no âmbito da comemoração do 1º Centenário da Implantação da República¹ - que "foi, e continua sendo, a esperança mais anciada das populações sofredoras." (1923: 3) -, uma homenagem a Teófilo Braga, não ao militante republicano, "bom republicano"² ou ao Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa ou, ainda, ao fugaz Presidente da República, em substituição de Manuel de Arriaga, de 29 de maio a 4 de agosto de 1915, mas ao antologista micaelense de *Cantos Populares do Povo Açoreano* (1869) que, reeditados pela Universidade dos Açores em 1982, se encontram há muito esgotados.

Vem a presente Antologia, intitulada Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga e assinada pela Prof.ª Doutora Anabela Mimoso, colmatar essa lacuna cultural, ao reunir trinta e um textos de procedência açórica, ao acrescentar, à recolha efetuada, as versões anteriores (e subsequentes variantes...) de Adolfo Coelho e de Sylvio Romero, ao exarar, em quadro explicativo que resume as indicações teofilianas, as suas proveniências de ordem vária e ao coligi-los, na senda do seu compilador, em três secções distintas: Contos de fada e Casos da Tradição Popular, Casos e Facécias da Tradição Popular e Lendas, Patranhas e Fábulas.

¹ Segundo Manuel de Arriaga, "Pela súbita mudança da Monarchia para a Republica, cahiu-nos em cima uma chuva incalculavel de pedidos para esmolas, empréstimos, subsidios, de toda a natureza e espécie" e "Inaugurámos as festas presidenciaes nos vastos salões da Horta Secca com dois banquetes, um em 5 de Outubro, offerecido á infancia das escolas e seus mestres, o outro em 7 do mesmo mez aos inválidos do trabalho, [...]" (1916: 18 e 20).

O rigor científico que preside a esta *Antologia*, a nível metodológico, histórico e definitório, não só é corroborado pelo peritexto, no qual a Autora consigna as "Razões desta Edição", como reforçado se vê por esse paratexto que é a "Introdução", congraçando os pontos, constando do *Índice*, que a seguir se elencam.

1. Vida de Teófilo Braga ou, por outras palavras, o contexto biográfico (e situacional) tendente para a compreensão mais apurada da sua vasta obra de investigação, que abarca genologicamente áreas tão distintas como a historiografia crítico-literária, a filosofia, a ficção e a poesia. Prova de que esta breve alínea preliminar se revela fundamental, sem qualquer relação com a crítica biográfica e, muito menos, com o biografismo, constitui a conceção do estado intelectual agitado e da ânsia respeitante à criação artística do micaelense Teófilo, cujo depoimento [carta aos estudantes da Academia Micaelense, em resposta a outra por estes endereçada ao Escritor no seu quadragésimo aniversário] identifica o Liceu de S. Miguel com o germinadouro da sua obra vindoura: "Todos os planos de trabalho que tenho realizado, todos os pensamentos que teem sido o móbil das minhas ações nasceram, desabrocharam, formaram-se em germes latentes, nesse período de juvenilidade, de ruído franco e alegre, desse vai-vem das aulas do liceu Micaelense." (1921: 2-3).

<u>2. A Obra</u> como contexto genérico do florilégio em apreço, da qual ressalta quer a variedade de temas que a pluralidade ou multiplicidade dos seus interesses não deixou de firmar, quer a evolução do seu espírito, de neo-garrettista desassombrado a convicto positivista, posto que, na peugada de Augusto Conte, Teófilo Braga "reputava"

² Cf. Carta de João de Meneses [189] a Manuel de Arriaga (2004: 319): "Enfim, meu caro amigo: a maior dificuldade da República é a existência de maus republicanos. E é por o Dr. Teófilo Braga ser um bom republicano que se lamenta vê-lo envolvido com essa gente."

soberanamente relevantes e de incomensurável projeção nos espíritos e na vida da comunidade as funções artísticas, as atividades estéticas, mormente quando lhe era lícito filiá-las em grandes tradições orgânicas." (1946, V-VI).

3. Literatura Popular/Tradicional subdividido em cinco itens.

<u>3.1. Explicação</u> do conceito literatura oral tradicional, preferível ao de literatura popular, e pertinência, do ponto de vista de Consiglieri Pedroso, de que se reveste o conto³, ao qual, e citando a Autora, ousamos acrescentar um ponto - o conto tradicional açoriano: "No nosso país, são sobretudo as regiões de Trás-os-Montes, a Madeira e os Açores particularmente ricas em tradições, devido ao isolamento a que foram votadas." (2010: 12). Inesquecível se torna, a todos os níveis, "O caso do Tio Jorge Coutinho", um 'causo' em verso...

<u>3.2. Primórdios</u> da recolha de tradição oral, com enfoque especial no *Romanceiro* de Garrett e na Geração de 70, que revisitou o conto de um triplo ponto de vista filológico, etnográfico e pedagógico.

3.3. O papel de Teófilo Braga, cultor da poesia tradicional e moderna, leitor entusiasta de Garrett⁴, admirador de Jacob Grimm, correspondente de Sylvio Romero, coordenador dos *Cantos Populares do Brasil* (1883) e dos *Contos Populares do Brasil* (1885) e, para mais não enumerar, 'mentor' da "unificação científica ibérica através do folclore, ideia muito ao gosto do iberismo finissecular." (2010: 17).

<u>3.4. Génese e transmissão da Literatura Tradicional</u>, oscilando entre a sua origem mítica, que Teófilo recupera, e a sua transmissão a desembocar na receção, havendo sido Portugal, como informa a Autora, um dos derradeiros países europeus a proceder à sua compilação.

<u>3.5. Conclusão</u>, ao longo da qual Anabela Mimoso relembra o papel preponderante de Teófilo Braga na Cultura Portuguesa, a sua ação de relevo no que respeita à Literatura Tradicional, aparentada à Literatura Infantil, e a quádrupla dimensão etnográfica, moralizadora, lúdica e pedagógica (embora não tão didática quanto a de Adolfo Coelho, pedagogo por excelência) por ele conferida aos *Contos*, apesar da não ortodoxia dos seus métodos, verberados por Ricardo Jorge e Sylvio Romero, entre outros.

4. Os Contos Açorianos, de entre os quais quatro não advêm de uma ilha especificamente nomeada e vinte e sete provêm de S. Miguel, transcritos, nesta Antologia, "pela mesma ordem e com a mesma classificação que Teófilo lhes deu quando os apresentou nos seus Contos Tradicionais do Povo Português." (Mimoso, 2010: 23). É sobejamente conhecido que o volume dos Cantos Populares do Arquipélago Açoriano abrange o Cancioneiro e o Romanceiro das Ilhas (coleção devida aos esforços do Dr. João Teixeira Soares, que os colheu da tradição oral para auxiliar Garrett, muito embora não tenham sido utilizados pelo poeta de Dona Branca e não figurem no Cancioneiro). Este Romanceiro Açoriano, englobando os Romances novelescos, marítimos, mouriscos, históricos e sacros, foi designado, por parte de Teófilo, por "Romanceiro de Aravias", porquanto "Aravias é o nome que o povo da ilha de S. Miguel aplica a todos os romances e chácaras e tem o valor de uma revelação histórica." (1892: 109). Nesta ordem de ideias, não se afigura despicienda a louvável inclusão, na presente Antologia, das "versões citadas por Teófilo e registadas por Adolfo Coelho, dos contos 'O Mestre das Artes', [...] 'As Sonsas', [...] e 'Manuel Feijão', [...] uma vez que elas nos servem para melhor

⁴ Foi, com efeito, Teófilo Braga que, segundo Ofélia Paiva Monteiro, publicou fragmentos de *Magriço* no vol. Il das *Obras Póstumas* de Garrett, dadas a lume em 1914 (2010: 21, nota 6).

³ "Mitografia ou Novelística é uma nova e importante ciência que tem por objeto o estudo de todas as questões que se ligam com a origem, com a essência e com a transmissão dos contos populares." (1996: 32).

compreender as versões açorianas" (Mimoso, 2010: 24) ou, mais bem dito, o "que de genuíno apresenta a tradição açoriana em relação à continental." (*Idem*: 23).

- 4.1. Métodos utilizados por Teófilo, que "divide a sua obra em três partes: na primeira inclui contos de fada e casos da tradição popular e abrange duas secções; uma que engloba contos míticos do sol, da aurora e da noite, e outra que consta de contos e facécias da tradição popular. [...] Na segunda parte inclui as histórias e exemplos de tema tradicional e forma literária [...] e na terceira, lendas, patranhas e fábulas. [...] Todas elas estão representadas por contos açorianos, à exceção da segunda, já que essa é constituída por contos extraídos de obras de autores, e revestem portanto forma literária." (Mimoso, 2010: 27-28).
- 4.2. Teófilo e Sylvio Romero ou a história da viva polémica, que Anabela Mimoso tão bem conta, travada entre dois homens de letras de estirpe intelectual similar, que começou pela acusação que Sylvio Romero fez a Teófilo Braga de indevidamente interferir, com uma Introdução e algumas Notas, nos seus Contos Populares do Brazil. Cite-se, a este respeito, Teixeira Bastos, que consegue ilibar, por via de documento inédito, o precursor da crítica etnológica: "Em carta ao editor dos Contos, de 8 de abril de 1884, que possuímos, escrevia o Dr. Sylvio Romero: 'Ora, eu lhe mandei uns setenta ou setenta e tantos contos (antes fossem contos de reis!...) e ainda o amigo acha pouco! Bote-lhe ahi o Braga um pequeno prologo e um punhado de notas, e está a cousa feita. Cumprindo amavelmente este desejo, Theophilo Braga tornou-se alvo das mais desorientadas malsinações, a que se conservou indifferente." (1892: 120).
- <u>5. Referências Bibliográficas</u> que, abundantes e, no bom sentido, 'desatualizadas' "A edição que seguimos foi a de 1903, da Biblioteca Nacional de Lisboa, isto é a segunda." (Mimoso, 2010: 25) -, constituem pistas valiosas para todo e qualquer curioso e estudioso tanto do conto como do conto tradicional acoriano.

É esta *Introdução* de Anabela Mimoso, de elevado nível científico-pedagógico (não olvidar o *Glossário* de termos inusitados que surge no fim de alguns contos), que vai permitir, de ora em diante, o estudo dos *Contos Tradicionais Açorianos* ('casos' ou 'causos', como se diz nos Açores) em perspetivas múltiplas.

- I. Do ponto de vista da originalidade da História da Literatura Portuguesa, tendo em conta que Teófilo definiu o 'caráter' português (cuja vocação marítima tanto deriva da ascendência céltica como da situação privilegiada junto do Atlântico) mediante a integração do fenómeno literário no conjunto das manifestações configuradoras do 'génio' nacional.
- II. Do ponto de vista dos *Estudos Açorianos* (não esquecer o conceito de açorianidade, bem como as vertentes distintas que lhe são inerentes), que readquirem esse tesouro popular de que haviam sido privados (edição esgotada), acessível, daqui para o futuro, a todo e qualquer leitor que dele desfrutará, mais ou menos avidamente, com maior ou menor grau de gula, consoante a sua 'enciclopédia' literária e cultural.
- III. Do ponto de vista da intertextualidade, detentora de um estatuto cimentador da textualidade e eficaz trampolim para o discurso dialógico. Não parece, neste contexto, descabido o estabelecimento de um paralelismo entre "O Mestre das Artes" e "O criado do estrujeitante" ou, então, entre "Manuel Feijão" e "História do Grão de Milho", através da deteção das afinidades e divergências, de cariz estético-literário, entre as versões plurais de um texto singular.
- IV. Do ponto de vista da definição do género, visando a teoria sobre o conto, o seu agrupamento em categorias (maravilhoso, anedótico e moral), a sua eventual tipologia, incorrendo no risco do facilitismo da generalização (conto de fadas, conto filosófico, conto alegórico, conto fantástico), e as

diferenças teoréticas entre as diversas formas simples (na terminologia de André Jolles) afins. É, aliás, a Autora que alerta para certa nomenclatura imprecisa "utilizada pelo povo para designar esta vasta produção oral" e registada, algo genérica e improvidentemente, como era sólito na época, por Teófilo Braga (Mimoso, 2010: 27). Nesta sequência, poderá o docenteinvestigador delimitar as fronteiras entre o conto de fada (obedecendo a uma moral ingénua e primando pela intrusão do maravilhoso), o conto artístico literário (irrepetível, porque assacado a um dado Autor), o conto tradicional ou popular (podendo remeter, numa perspetiva antropológica, sociológica e psicanalítica, para uma simetria entre contos de povos distintos, indiciando, ao longo dos tempos, uma disposição e evolução semelhantes da psique humana), a fábula, também conhecida por apólogo, protagonizada por animais, a parábola, narração breve intercalada numa outra da qual depende para a sua descodificação alegórica, a facécia, narrativa curta jocosa, em geral de teor erótico ou escatológico, o caso, imbuído de casuística, posto que situado no âmbito da ética e da teologia, a lenda, sinónima de formulação de uma série reduzida de acontecimentos e atuações representativas que se erigem em modelos de emulação atualizáveis, e em mito, configuração narrativa e simbólica.

V. Do ponto de vista estrutural, seguindo de perto a pesquisa de Vladimir Propp, em Morfologia do Conto, completando-a com a lógica dos possíveis narrativos de Claude Brémond, acrescentando-lhe o 'tríptico' de categorias atuacionais grimasianas, ou, por outras palavras, de relações das personagens em função de uma ação estabelecida, e rematando tais considerações talvez 'impertinentes' pela unidade de efeito de Edgar Allan Poe, pela militância crítica (autocrítica e heterocrítica) de Tchekhov, visível na sua *Correspondência*, pela epifania de James Joyce, encarada como manifestação ou revelação espirituais súbitas, e pela simetria na construção advogada por Brander Matthews.

VI. Do ponto de vista temático, atendendo ao facto de grande parte dos motivos se referir a dois ciclos ritualísticos: o ritual da iniciação e o das representações da morte. Entre um e outro destacam-se, neste "Era uma vez...", a metamorfose constante (passando pela antropomorfização e pela animalização), o espaço padronizado habitado num tempo intemporal por personagens estereotipadas (o palácio real, as princesas, o mercador e suas filhas...), o sortilégio da palavra mágica e do feitiço de difícil antídoto, o rapto da princesa de indescritível formosura e as normativas punição e recompensa dos atos praticados, desembocando no sempiterno "happy end". Porém, curioso se torna referir que a pureza e a inocência não raro se veem contaminadas pela perversidade, constituindo a crueldade sanguinolenta uma linha de leitura, talvez paradoxal, a não marginalizar: assim sendo, em "O Mestre das Artes", o rapaz "pegou às dentadas na galinha e matou-a." (2010: 39); a princesa, em "Os Sete Encantados", "para não ficar atrás da outra, quis fazer o mesmo: cortou a cabeca, mas morreu logo." (2010: 49); o ladrão, em "A mão do Finado", é "enforcado com o vassalo", sendo os seus companheiros "todos mortos" (2010: 56); o príncipe, em "O Rei de Nápoles", "não se teve de si, puxa de um punhal e crava-o na cabeca do velho e matou-o." Assim é que o sangue corre e a morte espreita em situações por vezes insuspeitáveis, como se a vida não pudesse prosseguir em plenitude sem o vazio ou nada caraterizador do seu contrário...

VII. Por fim, e abstendo-nos de "pretensiosismo académico" (Mimoso, 2010: 6), passemos a privilegiar o barthesiano "prazer do texto", passível de leitura no seio da família, à hora vesperal dos "mágicos cansaços", aos serões 'de província' e 'de cidade', tendo como destinatários crianças e adolescentes que ainda acreditam na inocência da palavra, rejeitando a má-fé da e na linguagem.

Pelas razões acima enumeradas, esta *Antologia* organizada por ANABELA MIMOSO nunca carecerá de público-leitor, vaticínio este não de todo carecente de fundamentação⁵.

Maria do Rosário Girão Ribeiro dos Santos

Porto, 8 de maio de 2010

13º COLÓQUIO AÇORIANO FLORIANÓPOLIS SANTA CATARINA BRASIL ABRIL 2010

Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga

Anabela Mimoso, ULHT

Resumo

⁵ Bibliografia Sumária:

ARRIAGA, Manuel de (1916), *Na Primeira Presidencia da Republica Portugueza. Um Rapido Relatorio.* Lisboa, Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 3º milhar.

BASTOS, Teixeira (1892), Theophilo Braga e a sua obra. Estudo complementar das modernas ideias na Literatura Portugueza. Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan e Genelioux, Successores.

COELHO, A. do Prado (1921), Teófilo Braga. Lisboa, Instituto Teofiliano, Tip. Eduardo Simões e C.ª

COELHO, A. do Prado (1946), *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*. Lisboa, Livraria Central Editora, de Gomes de Carvalho.

COELHO, Jacinto do Prado (1992 – 1ª edição: 1977), *Originalidade da Literatura Portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, col. "Biblioteca Breve".

Correspondência política de Manuel d'Arriaga (2004), Organizadores: Sérgio Campos Matos /Joana Gaspar de Freitas, Livros Horizontes.

GOTLIB, Nádia Battella (2008), Teoria do Conto. São Paulo, Editora Ática, Série "Princípios".

No ano em que se comemora o primeiro centenário da Implantação da República é de toda a justiça revisitar a obra de Teófilo Braga. A importância de Teófilo deve-se à sua militância republicana, que seria sobretudo literária a partir do falhanço do 31 de Janeiro de 1891, mas também ao lugar cimeiro que ocupou na jovem República, logo após o 5 de outubro, embora não se tivesse envolvido directamente nos preparativos revolucionários. O papel que exerceu na política entraria assim em competição com o relevante papel que desempenhou no ensino e, ainda mais, na preservação e na divulgação do património cultural em Portugal, mas também no Brasil e no resto da Península Ibérica.

E porque Teófilo era açoriano, micaelense, urge, sobretudo, dar a conhecer a obra em que reuniu o património cultural do arquipélago que o viu nascer. Essa obra é hoje mal conhecida, pois, os *Cantos Populares do Arquipélago Açoreano* (1869), reeditados pela Universidade dos Açores em 1982, há muito se encontram esgotados.

Em relação aos contos tradicionais açorianos, na realidade, estes nunca foram publicados como obra autónoma. E se bem que no romanceiro açoriano tenha pesado mais a tradição da ilha de S. Jorge, pois daí era natural o seu amigo Dr. João Teixeira Soares, também reuniu tradições poéticas de S. Miguel, coligidas pelo naturalista

MACEDO, José de (1923), A Republica perante os problemas nacionaes, Programa do Partido Republicano Radical votado no I Congresso Partidário realisado em 9, 10 e 11 de junho de 1922. Lisboa, Arcadia de Portugal, Editora.

MARTÍNEZ, José Enrique Fernández (2001), La intertextualidade literária (Base teórica y práctica textual). Madrid. Cátedra.

MONTEIRO, Ofélia Paiva (2010), "Introdução" a *Viagens na minha terra*, Edição Crítica. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

PEDROSO, Consiglieri (1996), *Contos Populares Portugueses*. Lisboa, Assírio Bacelar Vega, Gabinete de Edições, 6ª edição revista e aumentada.

ROGER, Jérôme (1997), La critique littéraire. Paris, Dunod, col. "Topos".

SPANG, Kurt (2000), *Géneros Literarios*. Madrid, Editorial Síntesis, col. "Teoría de la Literatura y Literatura Comparada".

Francisco de Arruda Furtado. Em contrapartida, os contos são, quase todos, originários da sua ilha natal.

É, pois, o tempo oportuno para suprir uma lacuna, para se fazer uma condigna homenagem. Assim, dá-se ora a conhecer, esses contos tradicionais açorianos que, até agora, circulavam como parte integrante dos *Contos Tradicionais do Povo Português*, embora aí figurem ordenados segundo um critério classsificativo temático e não geográfico.

1. Vida de Teófilo Braga

Natural da ilha de S. Miguel, mais concretamente de Ponta Delgada, onde nasceu em 24 de Fevereiro de 1843, Joaquim Teófilo Braga foi o sétimo filho do casamento de Joaquim Manuel Fernandes Braga (um antigo oficial miguelista que, em 1831, chegou a S. Miguel) com Maria José da Câmara Albuquerque, filha também de um militar afecto à causa miguelista. Órfão de mãe aos três anos, vítima a partir dos cinco de uma madrasta muito pouco afectuosa, o seu início de vida não foi fácil. Fez os estudos primários e secundários no liceu da capital da ilha micaelense. Partiu para Coimbra em Abril de 1861, tinha então 18 anos, onde se matriculou em Direito, curso que terminou em 1867. Em Coimbra, cruzar-se-ia com Antero de Quental, seu conterrâneo, pois foi em casa do tio de Antero, o Dr. Filipe de Quental, que ele se hospedou. Esta ligação a Antero aproximou-o da Geração de 70.

Obteve o doutoramento em 1868 (ano do seu casamento). Depois de falhar o ingresso como professor na Academia Politécnica do Porto e na Faculdade de Direito de Coimbra, só em 1872, num memorável concurso público, pôde alcançar o ambicionado lugar de professor do Curso Superior de Letras, derrotando Manuel Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro, apesar do apoio ministerial de que gozavam estes seus opositores. A docência

trouxe-lhe, finalmente, o desafogo financeiro. Este sucesso nas provas de ingresso, em parte, ficou a dever-se à sua *Teoria da História da Literatura*, trabalho inovador, que viria a ser elogiado por Gaston Paris na *Revue Critique d'Histoire et de Littérature*, contudo, seria também a causa da rotura das suas relações com Antero, seu crítico.

Seria esta luta que viria despertar a sua vocação política. Em 1878 foi proposto como candidato pelo círculo 94 de Alfama, pela Junta Federal Republicana, às eleições desse ano. O prestígio que granjeou como professor alçou-o à direção do Centro Republicano Federal de Lisboa.

O seu empenho sociocultural ficou bem patente na realização das festividades do Tricentenário de Camões, em que ele (juntamente com Ramalho Ortigão, José Falcão, Luciano Cordeiro e Consiglieri Pedroso, entre outros), participou, em 10 de Junho de 1880. Mobilizando fortemente a população, foi de facto um acontecimento popular (foi o Ano das Festas ou as Festas de Camões), com a imprensa a explorar o tema e as editoras a darem a conhecer a obra camoniana. Camões foi assim "devolvido" ao povo e aproveitado para «a arrancada das massas na propaganda da República» (Rêgo; 1986: 158). Seria também o começo de uma agitada propaganda política escrita nas colunas da imprensa antimonárquica, mas também de animados comícios e conferências públicas que só haveriam de abrandar depois do falhanço da Revolução de 31 de janeiro de 1891. Politicamente, a defesa da causa republicana foi, pois, o maior estandarte de Teófilo. Quando finalmente, em 1910, acontece a mudança do regime foi chamado a ocupar o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa. Voltaria à presidência entre Maio e Outubro de 1915, substituindo Manuel de Arriaga, seu opositor ideológico.

Para o fim, a sua vida voltou a complicar-se. A perda dos dois filhos adolescentes e da mulher foi um rude golpe que só o muito trabalho a que se dedicava e o apoio vindo de amigos e de inimigos haveriam de suavizar. Em árduo labor haveria de continuar até que morreu em Lisboa, na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes, em 28 de janeiro de 1924.

Em 1908 recebeu uma homenagem feita por um grupo de intelectuais portugueses que, procederam à compilação de artigos e estudos dispersos em várias publicações: Quinquagenário. 1858 — 1909. Cinquenta anos de atividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias.

Por iniciativa dos amigos, em 1924, foi aberta uma subscrição pública, que angariaria fundos para pagar a Teixeira Lopes a execução do busto que seria colocado no Jardim da Estrela, mas que o Estado Novo não soube respeitar. Encontra-se desde o seu centenário (1943), em Ponta Delgada, curiosamente, perto do local em que Antero terminaria os seus dias.

2. A Obra

A sua extensa obra só foi possível realizar graças a um perseverante estudo e ao recolhimento em que vivia na sua casa da Travessa de Santa Gertrudes. Assim se explica a elaboração da sua extensa e variada bibliografia e da monumental *História da Literatura Portuguesa* onde traça a evolução da nossa literatura desde os tempos medievais até ao realismo. Apesar de tanto labor durante as comemorações camonianas, estas mereceram-lhe ainda a produção de *Parnaso de Luís de Camões* e *Bibliografia camoniana*.

As influências mais remotas colheu-as em Hegel, Herder e Grimm, apesar de ele não saber alemão. Obviamente que as suas leituras foram feitas pela mediação dos franceses, sobretudo Quinet e Michelet. Assim inspirado, partiu em busca das origens da tradição: mitos, lendas, costumes, instituições, poesia e contos de transmissão oral. Deste interesse pela etnologia, pelo folclore e pela criatividade popular nasceram a

História da Poesia Popular Portuguesa, o Cancioneiro Popular coligido da tradição e o Romanceiro Geral coligido da tradição, os Cantos Populares do Arquipélago Açoreano; os Contos Tradicionais do Povo Português e os dois tomos da obra O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições.

Em Epopeias da Raça Mosárabe (1871), em A Pátria Portuguesa. O Território e a Raça, (1894) e em O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições (1885) apresenta a sua ideia de identidade nacional (que ele atribuía à raça moçárabe, de génio criador, resultado da fusão da população goda e da população árabe), influenciado, certamente, pelas ideias de Vico.

Embora Teófilo Braga seja geralmente considerado um espírito positivista, na fase inicial da evolução do seu pensamento foi um romântico. Daí o seu interesse pela cultura tradicional, desde a literatura à religião, à arte, às tradições e aos costumes, aliada a um grande patriotismo.

De facto, não voltaria a abandonar esta linha de pensamento, mesmo depois da sua adesão ao positivismo. Obras como a *História da Poesia Popular Portuguesa* (1867); o *Romanceiro Geral* (1867-69) e os *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano* (1869) são disso exemplo, muito embora a sua vasta obra não se limite a estes temas: abrange também a política, a filosofia, o direito, a história, num total que abrange mais de trezentos títulos.

3. Os contos Açorianos

Os contos açorianos que Teófilo dá a conhecer são, pois, quase todos oriundos da tradição micaelense. Quatro deles figuram como procedentes, genericamente, dos Açores, sendo todos os outros (vinte e sete) de S. Miguel. Não nos devemos espantar pelo facto de que, sendo os Açores uma região de tantas tradições, só nos desse essa

trintena de contos. É que, na realidade, muitos outros (alguns indicados na *Advertência Preliminar* que Teófilo faz aos seus Contos) não foram registados porque também eles se encontraram em outras regiões continentais. Esta trintena é apenas a mostra do que de genuino apresenta a tradição açoriana em relação à continental, quer no todo, i.e, o conto é uma novidade na tradição portuguesa, quer na parte, i.e., o conto é uma versão de um outro que foi registada noutra região do país.

As obras que lhe serviram de termo de comparação - *Contos Populares Portugueses* de Adolfo Coelho e *Contos Populares do Brasil* de Sylvio Romero — são as antologias de contos publicadas antes da sua, e que ele bem conhecia, sobretudo a de Sylvio Romero. Esta última coletânea seria publicada em Lisboa, e prefaciado e anotado por Teófilo, se bem que o autor, não tivesse gostado dessas intervenções no seu texto. Elas seriam omitidas, embora tidas em consideração, aquando da segunda edição e das seguintes. Na "Nota Indespensável" incluída nessa segunda edição e repetida nas seguintes, explicava Sylvio Romero:

Deve a parte do publico que se ocupa destes assumptos lembrar-se de haver, vae para alguns annos, apparecido a primera edição d`este livro em Lisboa, por pedido do sr. Carrilho Videira, livreiro então residente n'aquella capital, e sob a direcção do conhecido escriptor Theophilio Braga, professor no Curso Superior de Letras. Deve ainda lembrar-se de não ter sido sufficientemente correcto o modo porque foi pelo professor portuguez tratado o nosso manuscripto (1907: 353).

Não é, pois, de admirar que alguns dos contos transcritos por Teófilo estejam também registados por Adolfo Coelho. São três: *O Mestre das Artes, As Sonsas, Manuel Feijão*. Aí intitulam-se essas versões, respectivamente, *O criado do estrujeitante, As Filhas dos Dois Validos* e *História do Grão de Milho*. Ao compará-las compreendemos melhor as versões açorianas, o que não é de espantar já que, e aqui socorremo-nos de Adolfo Coelho,

muitas feições [dos contos] significativas em versões de outros países tornam-se aqui [em Portugal] initeligíveis e só por comparação se explicam» (199-; Prefação, p.43).

Pelo interesse que tem para as relações culturais entre Portugal e Brasil, e para a génese do conto brasileiro, citaremos aqui também três versões registadas por Sylvio Romero de outros tantos contos açorianos. De notar que estas versões, duas de Sergipe (*D. Pinta* e *Os três coroados*) e uma de Pernambuco (*O pássaro preto*), que figuram nos *Contos Populares do Brasil*, na secção I - Contos de origem europeia, apresentam uma fusão de motivos, visíveis nos três contos e uma linguagem mais realista, mais chã do que aquela que figura nas versões que Teófilo deu a conhecer. Por outro lado, verificamos que várias passagens dos contos, sobretudo de *D. Pinta* e o *Pássaro preto*, tornam-se obscuras, enredadas, o que, por um lado, prova a fase de sincretismo ou de dissolução em que se encontravam os contos e, por outro, influências múltiplas que se fundiram dando origem a um só conto.

Caso diferente acontece com um dos contos – *O Tinhoso, o Ranhoso e o Sarnoso* – que figura na obra teofiliana juntamente com a variante do Porto. Sem a comparação das duas versões, a leitura da versão açoriana resultaria menos completa, menos rica.

Devemos salientar que encontramos, por vezes, entre prosa e poesia um entrelaçamento de elementos poéticos, pelo que não é de espantar que eles atinjam a quase totalidade num dos contos: é o caso das formas metrificadas que ocorre em *O tio Jorge Coutinho*.

Mas o gosto de Teófilo pela investigação leva-o também a percorrer obras de carácter literário de autores italianos (Straparola e Boccaccio) ou então espanhóis (Timoneda, D. Juan Manuel e Melchor de Santa Cruz), mas também portugueses, como é o caso de Gonçalo Fernandes Trancoso. Obviamente, que Teófilo não considera como contos açorianos os que se podem encontrar em obras literárias (Segunda Parte dos *Contos*).

Contudo, de alguns contos açoreanos encontramos versões literárias num ou noutro autor, conforme T.B. regista.

3.1. Métodos utilizados por Teófilo

Nos Contos tradicionaes do povo portuguez: com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas, Teófilo esclarece-nos sobre a forma como fez o levantamento dos contos aí inseridos. Para o efeito serviu-se da «influência pessoal de bons amigos» (p. VII) que, no caso dos Açores, se deveria ao Dr. João Teixeira dos Santos e ao Dr. Ernesto do Canto, tendo o cuidado de alargar a recolha de contos orais «por todas as províncias» (p. VII). Fala-nos ainda do contacto direto com narradores populares que lhe terá fornecido «versões importantes», embora sem citar a região para a qual dispôs deste material, e ainda de material recolhido em casa, neste caso para o Entre Douro e Minho. Concretamente, em relação aos contos coligidos nos Açores pelo Dr. Teixeira Soares, à data já falecido, junto de uma certa Maria Inácia e da criada, dá-nos conta de vários títulos pertencentes a um reportório imenso que levou Maria Inácia a afirmar: «- Todos escritos enchiam esta casa!» (VII). Os que as duas recordavam eram: Do gado Gajão, Da Garoupinha, Dom José pequeno, Maria do pauzinho, Maria Subtil, O Rei que achara a quinta despedaçada, Canarinho Verde, Rainha do verde, os três homens que queriam comer sem gastar, D. Filipe, A Duquesa, Rei D. João, Rei de Hóstia, Filha da burra, A árvore que fala e o pássaro que canta, O padre das mãos bonitas, A princesa que rompia sete pares de calcado de noite, A Branca-flor, O filho do ladrão, O afilhado de S. João, O forte no meio do mês, O preto fugido, O monte de ouro, S. Pedro, A vaca e o lobo, O porco, O celeiro.

Apesar de ser uma região particularmente rica em tradições, devido ao isolamento que a sua insularidade lhe confere, de facto, muitos destes contos, conhecidos nas Ilhas como

Casos, não figuram na obra como contos açorianos, já que (é o próprio Teófilo que explica em nota) eles também figuram na tradição continental e, alguns deles, até já tinham sido recolhidos por Adolfo Coelho em 1879, como vimos.

No entanto, há ainda um grupo de contos que também aparece em Sylvio Romero, conforme podemos verificar na lista que Teófilo entende como pertencerem ao mesmo paradigma dos contos portugueses, como *Os três coroados*, o *Rei Andrada*, *O pássaro preto, Dona Pinta, A moura torta, Maria Borralheira, A Madrasta, João Gurumete, Manuel da Bengala, Cova da Linda-flor, João e mais Maria, A Formiga e a Neve, O Matuto João, A mulher dengosa.* Só três deles são de origem açoriana (obviamente, não no universo dos contos brasileiros, mas no universo dos contos registados por Sílvio Romero), provavelmente, pelo facto de a maioria dos contos de origem europeia que Romero reuniu (num total de cinquenta) terem origem no Sergipe e em Pernambuco (sendo apenas cinco do Rio de Janeiro), onde a influência açoriano não foi tão intensa. Para a fixação destes contos, numa época em que não havia suportes áudio para gravação, o recurso ao registo escrito impunha-se. Ora, a melhor forma de os passar a escrito, entende ele, ser a que é feita por crianças «verdadeiro ponto de transição entre a alma popular e a inteligência culta» (VIII). Assim acontecia com os contos enviados pelo Dr. Ernesto do Canto. Trabalho diligente que possibilita ao autor garantir:

para os homens que se dedicam a este género de trabalhos, para os psicólogos que procuram surpreender as manifestações da alma na sua verdade, diante desses protesto, em nome da probidade de homem e da intuição de artista, que todos os romances populares que da tradição recolhi, são estremes e genuinos (1867: VII).

A erudição de Teófilo (embora não raras vezes mal assimilada devido às muitas leituras que fazia) leva-o a registar também a nomenclatura utilizada pelo povo para designar essa vasta produção oral: histórias, casos, contos, exemplos, lendas, patranhas, ditos e

fábulas, que corriam então com a designação geral de contos da carochinha. Estas designações genéricas não são contudo equivalentes, já que há algumas diferenças entre elas, pois, de facto, abrangem narrativas que contemplam três categorias: maravilhoso, anedótico e moral, à semelhança das narrativas tradicionais dos outros povos europeus, se bem que C. Pedroso distinguisse ainda nos contos morais as fábulas, por nestas os heróis serem animais. A coleção foi então organizada, tendo em conta estas três categorias:

Sobre estes três typos Novellescos classificamos os complicados elementos da nossa collecção, separando os contos de evidente mythico por um lado, as facecias por outro, e destacando os Exemplos de thema tradicional e forma literária em que houve um manifesto intuito moral (19..-a: XI).

Do rumo que estas narrativas tomaram, também o nosso autor nos dá conta:

Uma grande parte desta produção novellesca tomou sentidos especiais: as lendas tornaram-se agiológicas, os exemplos converteram-se em sermões parabólicos; as fabulas e novellas tornaram-se exclusivamente literárias; os ditos entraram na exploração das encyclopedianas, vindo por ultimo as narrativas tradicionaes a serem designadas por uma expressão geral mas característica (19..-a: XI).

Tendo, no entanto, em conta que um grande número de contos ainda vivia exclusivamente sob a forma oral, mas que outro grupo não menos significativo foi conservado recorrendo-se à escrita e com uma forma literária, Teófilo divide a sua obra em três partes: na primeira inclui *Contos de fada e casos da tradição popular* e abrange duas secções: uma que engloba *contos míticos do sol, da aurora e da noite* e outra que consta de *contos e facécias da tradição popular*. Ambas as secções pertencem ao primeiro volume da obra. Na segunda parte inclui as *histórias e exemplos de tema tradicional e forma literária* (que tinham não só intenção artística, mas também moral),

e a terceira, *lendas, patranhas e fábulas*. Estas duas últimas partes constam, obviamente, do segundo volume.

Todas estas partes estão representadas por contos açorianos, à exceção da segunda, já que ela é constituída por contos extraídos de obras de autores, pelo que se revestem de forma literária.

3.2. Teófilo Braga e Sylvio Romero

Teófilo é um homem perfeitamente integrado no ideal da sua geração. Juntamente com Adolfo Coelho, seria o precursor neste trabalho de recolha dos contos tradicionais. Ambos haveriam de lecionar no Curso Superior de Letras. Seria nesse contexto que as relações entre ambos se romperiam. Pinheiro Chagas leccionava no Curso Superior de Letras, a cadeira de Literatura Grega e Latina. A sua indigitação para Presidente da Junta de Crédito Público, em 1893, deixaria vaga a cadeira para uma regência interina de três anos. Teófilo e Adolfo resolveram ambos candidatar-se. Foi o pretexto para que as suas relações se deteriorassem e não resistissem a uma polémica que se arrastou por meses. Fim idêntico tiveram as relações com Sylvio Romero. Para se inferir da importância que se reveste esta edição para a cultura brasileira e para a portuguesa, nomeadamente a açoriana, convém aprofundar a ligação entre Teófilo e Romero.

Comecemos então com a biobibliografia de Romero. Sylvio (ou Sílvio) Romero nasceu em Lagarto, Sergipe, em 1851. Fez os estudos secundários no Rio de Janeiro e cursou Direito no Recife. Foi na Universidade que despertou a sua simpatia pelo Positivismo, pelo Evolucionismo e pelo Cientificismo. Depois de formado, em 1873, voltou ao Rio, onde definitivamente fixou residência e onde viria a falecer em 1914. Com uma capacidade enorme de trabalho, publicou várias obras de crítica e de investigação que vão desde a Literatura (*A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna, História da Literatura*

Brasileira), à etnografia (Contos Populares do Brasil, Etnografia Brasileira), passando pela política (O Parlamentarismo e o Presidencialismo no Brasil) e pelo direito (Ensaios de Filosofia do Direito).

Na verdade o seu itinerário intelectual é em tudo semelhante ao de Teófilo, não admira que os seus caminhos se tenham cruzado e que Sylvio Romero se tenha tornado admirador de Teófilo, mais velho do que ele e senhor de um considerável prestígio internacional, sobretudo no Brasil.

Foi assim que Teófilo se tornou seu patrono quando, em 1883, ele vem a publicar, na Nova Livraria Internacional de Lisboa, primeiro, os *Cantos do Brasil* e, depois, em 1885, os *Contos do Brasil*. Na verdade, ambos os livros contam com Introdução e notas de Teófilo que se interessou pelos trabalhos deste investigador que se queixava de que no seu país havia um desinteresse total pelos cantos e contos tradicionais. Antes da polémica que os oporia, Sylvio Romero diria em carta a Teófilo:

Estou ansioso pelos seus Contos tradicionaes do povo portuguez. Deve ser trabalho mais completo do que o de Adolfo Coelho. – Era com effeito uma lacuna em sua grande collecção da litteratura anónyma portugueza – a ausencia dos contos. – Dou-lhe os parabéns por leval-a a effeito (Gouveia: 2009).

Porém, em 1887, Romero viria a romper com Teófilo através de um folheto intitulado *Uma Esperteza - Os Cantos e Contos Populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga. Protesto.* Aí acusava Teófilo de adulterar textos alheios e de lhe ter roubado a sua classificação etnográfica. Não seria a última vez: em *Passe recibo: réplica a Teófilo Braga* (1904) e na *Pátria Portuguesa* (1906) voltaria a atacar o intelectual português. Esta polémica entre ambos foi acérrima e feia e culminou com o insulto de «papa dos charlatães», entre outros, com que Romero brindou Teófilo.

De facto, houve intervenção de Teófilo nos textos, mas devidamente assinalada pelo próprio que, em nota de rodapé, feitas nessa edição de 1885. Escrevia ele:

Modificamos neste ponto o plano do coletor, completando a representação dos elementos étnicos do Brasil com o que atualmente se conhece de tradições dos indígenas (cit. por Paredes, 206:108).

Esta polémica não representa nada de extraordinário, nem de inusitado nos tempos que corriam, na medida em que, conforme explica Paredes, a

polémica é a marca que distingue o relacionamento entre os intelectuais lusobrasileiros no final do séc. XIX. Trata-se de uma forma de expressão fortemente crítica e explosiva, onde a discussão dá-se tal e qual um duelo (2006: 104).

Aliás, tal como Teófilo, também Romero entrou em "polémica" com muitos outros intelectuais da época: Araripe Júnior, José Veríssimo, Manoel Bonfim. Claro que o acoriano não ficou calado e

Treze anos depois da publicação de Uma Esperteza (1887) por Romero, Teófilo, em carta colocada em apêndice à obra O Sr. Sílvio Romero e a Literatura Portuguesa, de seu discípulo Fran Paxeco (1900) faz sua declaração acerca do ocorrido. De posse de algumas cartas pessoais de Carrilho Videira, Teófilo expõe missivas que Romero tinha enviado ao livreiro. Por exemplo, uma carta de Romero de novembro de 1882 onde agradece a Carrilho Videira e Braga por "terem salvado das traças esta coleção"; ou outra, de 8 de abril de 1884 onde Romero, segundo a transcrição de Teófilo, teria pedido a Braga o prefácio (o que Romero nega em Uma Esperteza), bem como teria escrito que "a única coleção de mérito é a de Teófilo" (Paredes; 2006: 108).

Além de Fran Paxeco, do lado de Teófilo, também Augusto Franco sai à liça ao lado de Romero. Os discípulos em apoio aos mestres. Mas, na realidade, esta polémica é bem mais profunda e importante do que pode parecer á primeira vista, conforme notou Paredes.

É que a posição na cultura nacional ocupada pelo mestiço, na ideia de cultura brasileira de Sylvio Romero, é análoga à ocupada pelo moçárabe, na noção de cultura portuguesa de Teófilo Braga. [...] É importante perceber que tanto o mestiço quanto o moçárabe são imagens que funcionam como instrumentos taxonômicos de memórias nacionais. Uma única alteração provoca todo um rearranjo memorial. Explica-se. O moçárabe tem sua razão de ser na busca de destacar a nacionalidade portuguesa no contexto da Península Ibérica. O mestiço, por sua vez, se justifica distanciando-se da "pureza" racial do índio, do negro e do português aventureiro. Ao se admitir a mistura racial como característica lusitana, tudo o que se disser sobre a mestiçagem racial brasileira terá, necessariamente, relação íntima com Portugal. Aliás, esse era o interesse de Teófilo na coletânea de contos e cantos brasileiros (2006: 117-118).

Ora, Romero, fazendo eco dos movimentos anticolonialistas, mostrava assim alguma resistência em reconhecer a supremacia da influência lusa no conto brasileiro, o que, convenhamos não faz muito sentido. Curiosamente, já Câmara Cascudo não se sente nada lesado em assumir que o conto popular no Brasil «é, na maioria absoluta, de origem portuguesa» (1978: 217, vol. I), até pelo nome por que são/eram denominados no Brasil: «estórias de Trancoso», referência óbvia a Gonçalo Fernandes Trancoso que em 1575, publicou os seus *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo*. Mas os tempos eram já diferentes...

S. Romero e T. Braga: só dois homens tão parecidos intelectualmente poderiam travar tão acesa polémica, quando estavam tão de acordo nas matérias que versavam. Mas a querela que os ligou/afastou, tal como a mantida com Adolfo Coelho, em nada diminui o mérito destes autores e o (re)conhecimento da importância e da relevância que todos eles emprestaram às letras dos dois povos.

As polémicas em que se envolveram, os contos que ambos coligiram ficaram para a posteridade a recordar também a memória dos dois estudiosos e a ligação entre a cultura das duas pátrias. A eles, pois, a nossa homenagem.

4.Bibliografia

AMORA, A.S. (1978). Sílvio Romero. Dicionário de Literatura. Porto: Figueirinhas.

BRAGA, Teófilo (1865). *As Theocracias Litterarias. Relance sobre o Estado actual da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Typographia Universal.

BRAGA, Teófilo (19--a). Contos tradicionaes do povo portuguez : com um estudo sobre a novellistica geral e notas comparativas. Porto: Livraria Universal.

CASCUDO, L.C. (1978). Conto Popular. Dicionário de Literatura. Porto: Figueirinhas.

COELHO, Adolfo (1999). *Contos Populares Portugueses* (Prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira). Lisboa: Pub. D. Quixote.

COELHO, J.P (1978). Teófilo Braga, *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.

GOUVEIA, M.M.M. *Uma carta inédita de Sílvio Romero a Teófilo Braga*, disponível em 30/11/2009, em: www.fl.ul.pt/unidades/centros/ctp/lusitana/.../rlns03 p169.pdf *HOMEM*, A.C. (1989). A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga.

Coimbra: Liv. Minerva.

HOMEM, A.C. (2009). Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Antero de Quental. Diálogos Difíceis. Coimbra: Imprensa da U.C.

OLIVEIRA, Ernesto (1999). Prefácio a Coelho, A. *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Pub. D. Quixote.

PAREDES, M.M. (2006). A Querela dos Originais: notas sobre a polêmica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga, Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, Edição Especial, n. 2, p. 103-119.

PEDROSO, Consiglieri (1992). Contos Populares Portugueses. Lisboa: Vega.

PINTO-CORREIA, J.D. (1988). A Literatura Popular e as suas marcas na produção literária portugesa do séc. XX – uma primeira síntese. *Revista Lusitana (Nova Série)*. Pp. 19-45. RÊGO, Raul (1986). *História da República*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. I.

ROMERO, Sylvio (1907). *Contos Populares do Brasil*. S. Paulo: Liv. de Francisco Alves & C.ª. 4ª ed. melhorada.

Nota: Esta comunicação é uma adaptação da Introdução aos *Contos Populares Açorianos de Teófilo Braga*.

14º COLÓQUIO DA LUSOFONIA BRAGANÇA 25 SET − 2 OUT 2010 LUSOFONIA E AÇORIANIDADE: ENTRE O GLOBAL E OS PARTICULARISMOS, POR ANABELA MIMOSO, ULHT

Sob os auspícios dos Colóquios da Lusofonia temos entendido a "lusofonia" enquanto conceito linguístico, abrangendo, portanto, todos os falantes da portuguesa língua (e não só os naturais dos países que a têm como língua materna ou oficial): «A LUSOFONIA tal como nós nos Colóquios a entendemos, diz respeito aos que falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade». Em nome de uma lógica que nos diz que é a linguagem que enforma o pensamento, não será despiciendo falar numa "literatura lusófona", ou seja, uma literatura que, para além da língua, tem várias caraterísticas em comum que lhe permitem ser reconhecida como pertencendo a um todo. No entanto, nestes mesmos Colóquios, também temos vindo a fazer referência a particularidades regionais das várias literaturas nacionais. Ora, fará sentido falar em literaturas particulares, como a açoriana, nesse contexto da lusofonia?

Partindo do conceito de "literatura portuguesa" (a começar pelas teses de Teófilo Braga sobre o "génio nacional"), pretende-se encontrar as caraterísticas que a distinguem das literaturas dos outros países que falam português.

Pretendemos também, através desse outro conceito de igualdade/alteridade, questionar o conceito de açorianidade, e tentar perceber como é que ele se integra na lusofonia, bem como equacionar a questão de saber até que ponto as literaturas "regionais" prejudicam/valorizam a aceitação dos autores a elas associadas.

1. Literatura, literatura lusófona, literatura portuguesa, literatura acoriana

O conceito de literatura formou-se muito depois de se terem começado a produzir os primeiros textos literários, pelo que podemos dizer que é um conceito relativamente moderno. Acabou por se tornar polissémico, pois tanto diz respeito (pelo menos, desde meados do séc. XVIII) ao *corpus* de textos resultantes da criação literária, ou, como diria o Prof. Vítor Aguiar e Silva, ao «específico fenómeno estético, específica forma de produção de expressão e comunicação artísticas» (1988: 6). A partir do séc. XX passa ainda a designar outras realidades como:

- i. O conjunto de obras organizadas por ordem temática, com origem ou intenção comum (literatura feminina; literatura de terror);
- ii. A bibliografia existente sobre um determinado assunto;
- iii. Retórica, no sentido de expressão falsa e artificial (sentido depreciativo);
- iv. A própria História da Literatura.

Embora pretendamos utilizar aqui o conceito de literatura apenas no sentido de fenómeno estético, a tarefa nem por isso se afigura simples, já que essa "qualidade estética" não é entendida por todos da mesma maneira.

Nem sempre foi assim. Como diria R. Robin, ainda no tempo «em que Lukács era uma autoridade incontestada no campo da reflexão literária, ou quando os modernistas batalhando contra ele punham a tónica nas estruturas formais, linguísticas, ou na intensidade da expressão, todos sabiam mais ou menos o que representava "a literatura"» (1995: 61). O «rolo compressor da "cultura de massas" contribui em grande medida para abalar a segurança das fronteiras do objeto literário», prossegue o mesmo autor (1995: 61). Sendo assim, é óbvio que hoje já encontramos «*uma* literatura, quer pertencente ao círculo alargado quer ao círculo restrito; há agora objetos particulares que têm cada um a sua forma de se inscrever no literário, de produzir o literário ou de pensar o literário» (*id.*: 63).

Na realidade, esta dificuldade em precisar e restringir o conceito de literatura data já do positivismo que aboliu a ideia de "arte", passando a designar por "literatura" todas as obras impressas ou manuscritas não importa quando, nem por que povo, independentemente de possuírem ou não qualidade estética. Subscrevemos inteiramente as seguintes palavras de Nuno Júdice, quando afirma que «como, apesar de tudo, a Literatura até é feita de textos (contos, romances, poemas, teatro, etc.), progressivamente se foi anulando a diferença entre essas obras e o resto num trabalho sistemático de terraplanagem estética em que acabou por se pôr de lado essa Literatura (peço desculpa pela maiúscula...) para entrar nos territórios minúsculos dos "textículos", metido no meio de toda uma parafernália paraliterária» (2001: 11-12). Se bem que Nuno Júdice queira atingir uma certa "crítica" literária, na verdade, acaba por pôr o dedo na ferida, ao denunciar a apropriação do nome de literatura por parte de obras que foram aceites por essa crítica e também pelo público e, mesmo assim, por causa disso ou como causa disso, se bem que vendáveis, estão bem longe de possuir qualidade estética.

Claro que, ao longo deste tempo, houve tentativas para resolver o problema da precisão do conceito. Mas, na verdade, nem o formalismo russo, que considerava a linguagem

literária como uma das funções da linguagem, precisamente aquela que está voltada «para o sinal em si mesmo», ou seja, centrada na própria mensagem, o logrou fazer. De facto, o modelo de Jacobson, que parte de fatores de natureza comunicativa, levanta muitas dúvidas e dificuldades de ordem teórica e carece de rigor científico.

É evidente que hoje se torna difícil defender uma ideia essencialista de literatura que acabe com a necessidade de definir o que é essa "qualidade estética". A estética da receção defende que é a comunidade que transforma os textos em literatura. Aguiar e Silva esclarece: «A literatura *strictu sensu*, ou "literatura" sem qualquer modificador, é entendida como a "literatura superior", a "literatura elevada" ou a "literatura canonizada", isto é, aquele conjunto de obras consideradas como esteticamente valiosas pelo "milieu" literário – escritores, críticos, professores, etc. – e aceites pela comunidade como parte viva, fecunda e imperecível da sua herança cultural» (1989: 114).

Ora, nem por isso se torna mais simples delimitar o campo do literário e, mais grave ainda, é que o desempenho desta tarefa por parte da comunidade é, em certa medida perigosa, pois, como vimos, o "milieu" literário não é imune às influências do mercado, aos *lobbies* das editoras, da imprensa da especialidade, etc.

Ao mesmo tempo isto acontece quando a Escola, sobretudo devido às alterações dos programas, está a perder o importante papel que tinha de organizar a leitura, a descodificação, a canonização do literário. Infelizmente, pensamos nós.

Por isso mesmo, não é de estranhar quando Carlos Reis afirma, em *O Conhecimento da Literatura*, que «qualquer reflexão preambular sobre a literatura e a sua existência enfrenta, de início, a questão de saber se é possível (ou até que ponto é possível) estabelecer **fronteiras** que delimitam o fenómeno literário; ou por outras palavras, indagar o que cabe e o que não cabe dentro do campo literário» (2001: 19 – sublinhado do autor). Imediatamente reconhece que essas fronteiras são «algo fluidas» (21), na medida em que, por exemplo, há textos que comungam das duas naturezas (literários e

não literários, como por exemplo as crónicas, algumas, pelo menos), outros que, ao longo dos tempos, foram considerados, numa época, como literários, noutra, foram completamente desvalorizados ou esquecidos. Tarefa difícil e inglória, portanto, a de delimitar essas fronteiras.

Entre essas «fronteiras algo fluidas» estão as fronteiras de uma literatura nacional. Ora, se não há consenso em relação à definição de literatura, mais difícil ainda é definir uma literatura adjetivada. Por outro lado, percebemos que os limites de uma literatura nacional terão de ser sempre estabelecidos em relação a outra literatura nacional.

Questões como as que se levantam ao perguntarmos quando se autonomiza uma literatura nacional (ex.: a brasileira, a cabo-verdiana, etc. em relação à literatura portuguesa); que escritores cabem na designação de escritores dessa nova literatura (se todos os nados no novo país independente; se todos os que nasceram naquele espaço, em qualquer tempo; se apenas os nados e criados nele, ou se todos aqueles que se identificam com a sua cultura, independentemente do lugar onde nasceram...); os naturais que se exprimem na língua materna, ou pelo contrário, os que se exprimem na língua oficial do país (nesse caso, qual será então o espaço para o escritores bilingues), etc.. Como se vê, são muitas as questões que se levantam aqui também. É natural pensar que a autonomização não seja abrupta, nem em termos de tempo, nem em termos temáticos/ideológicos, pelo que haverá sempre algo de comum entre ambas as literaturas (a portuguesa e a que dela saiu), umas mais persistentes que outras.

Mas as respostas não são unânimes, por um lado, e por outro, é um trabalho em construção este de caraterizar as novas literaturas em língua portuguesa que só o tempo poderá resolver pelo que está longe de estar completo. Em todo o caso, não é fácil delimitar o campo das literaturas nacionais: as fronteiras serão sempre fluidas.

Mas, no mundo globalizado em que vivemos, haverá necessidade de delimitar esse campo? Acaso não será mais importante uma obra universal do que uma nacional?

Recentemente (JL, 30 de junho a 13 de julho de 2010), Miguel Real perfilhou esta ideia, num artigo de homenagem a Saramago, ao referir que «a superior caraterística nova dos atuais romances portugueses consiste justamente no seu cosmopolitismo, ou, dito de outro modo, não são escritos exclusivamente para o público português com fundamento na realidade nacional, mas, diferentemente, destinam-se a um público universal e a um leitor único, mundial, ecuménico» (p. 11).

Daqui se depreende que uma literatura universal é bem mais importante do que uma nacional, o que é incontestável, pelo menos em termos de número de público, donde a "nacionalização" da literatura é perigosa para essa mesma literatura, pois, não só limita o número de leitores, como pode mesmo restringir a compreensão, o acesso de outros potenciais leitores. Aliás, é importante perceber que as literaturas nacionais constituíram-se a partir da literatura universal e não o contrário.

Ora, por uma questão de lógica, qualquer literatura regional será necessariamente menos importante, mais restrita, menos "universal", portanto, do que a nacional. Lembremos, a propósito, o estigma que recai(u) sobre Aquilino Ribeiro quando uma certa crítica (mormente a ligada à revista *Brotéria*) o considerava um escritor provinciano, com intuito pejorativo, e, em sequência deste facto, a sua obra desprovida de universalidade, interessante apenas do ponto de vista da curiosidade.

À luz desta lógica, seria mais produtivo lutar pela existência de uma literatura lusófona do que pela delimitação dessas literaturas em literaturas nacionais (portuguesa, brasileira, guineense, cabo-verdiana, angolana, moçambicana, são-tomense, timorense). Do mesmo ponto de vista é também mais profícua essa luta do que pugnar pela constituição de um *corpus* literário regional, dêmos-lhe nós o nome de literatura açoriana, ou de feição açoriana, o que é a mesma realidade.

Analisemos o problema não como um fenómeno estritamente literário, logo, cultural, mas num contexto mais vasto, o da nossa própria identidade não só cultural, mas também pessoal.

2. Identidade/alteridade

Apesar de a intimidade ter começado a esboçar-se a partir do Renascimento, é no séc. XIX que se torna mais premente, sobretudo entre a burguesia, a crise de identidade, que se revela na busca de um melhor conhecimento de si, visível na proliferação de diários íntimos, de poemas confessionais, narcísicos e obcecantes, do retrato... Pode dizer-se que o alargamento do conhecimento do mundo (através da facilidade de viajar que o comboio e o barco a vapor proporcionam e a vulgarização da imprensa oferece), ou seja, o maior conhecimento dos outros, obriga o individuo a escolher, a constituir-se como sujeito, a ter imagens de si mesmo, e é «a imagem de si mesmo a matéria-prima da construção identitária» (Kaufmann; 2005: 63).

A globalização, ao implicar cada vez mais alterações nos padrões de produção e consumo, produz identidades novas, na medida em que os fenómenos económicos interagem com os fenómenos culturais. Quer dizer, a pressão exercida no sentido da homogeneidade cultural produz resultados diferentes em termos de identidade cultural. De facto, a acentuação do controlo social sobre o indivíduo levou à emergência da questão da identidade, à procura identitária, na medida em que o obrigou a autodefinir-se. Pode assim dizer-se que a identidade funciona no sentido inverso da globalização, do universal.

É fácil de provar esta ideia, com uma realidade bem próxima de nós, como Woodward explica: «Ao mesmo tempo que há a reafirmação de uma nova "identidade europeia"

por meio do pertencimento à União Europeia, travam-se lutas pelo reconhecimento de identidades étnicas no interior dos antigos estados-nação, tais como a antiga Jugoslávia. Para lidar com a fragmentação do presente algumas comunidades buscam retornar a um passado perdido» (2009: 23). Os movimentos nacionalistas buscam, assim, «a validação do passado em termos de território, cultura e local» (2009: 27).

Uma conceção mais alargada e consensual de identidade cultural não a encara apenas como a herança de um passado, mas, embora não a negando, defende que ela implica também uma reconstrução, uma reinvenção constantes, que não poder ser feita de modo homogéneo, até porque a construção da identidade não se faz só a nível local mas também a nível pessoal.

Tal como uma literatura nacional se define por oposição a outra, também uma identidade se define por oposição a outra identidade, ou seja, pela alteridade. Este facto está bem patente nos movimentos sociais que combatem pela afirmação da identidade cultural de grupos oprimidos, marginalizados, sejam minorias religiosas, sejam minorias étnicas ou raciais ou de orientação sexual.

Curiosamente, também as transformações económicas e socioculturais recentes têm produzido crises de identidade, porque as estruturas tradicionais de pertencimento foram alteradas. Por isso mesmo, se afirma que a identidade está em construção. Ou seja, dito de outra maneira, como verificou o filósofo J. Heleno, é «inegável que a interação entre local e global contribui decisivamente para aquilo que Giddens chama de "transformação da intimidade", já que, pela primeira vez na história do homem, a relação mútua entre o *self* e a sociedade se faz à escala global» (2003: 73).

Se bem que este autor tenha analisado a identidade pessoal do ponto de vista filosófico, que não nos interessa aqui, não deixa de constatar que esta se coloca e «faz sentido porque somos *seres no mundo* ainda antes de sermos ou pensarmos a identidade pessoal» (2003: 30). Aliás esta ideia de pensarmos a identidade considerando sempre a

alteridade não é novidade, pois já Sócrates reconhecia que via o seu olho refletido no olho do outro, ou, dito de outra maneira, «se sou um ser no mundo é inegável que apenas posso ser eu entre outros eus» (cit. pelo mesmo autor: 59).

Logo, identidade e alteridade não podem ser separadas: «perguntar quem eu sou só tem sentido porque, de imediato, pretendo relacionar-me ou distinguir-me dos outros», continua Heleno (2003: 76), pelo que, a construção da identidade implica um "sentido de pertença" a si mesmo, ao grupo, à sociedade, à nação (Heleno), situando-se o *eu* em função dos outros, em diálogo com eles: «na verdade ao pertencer a mim mesmo ou a um grupo excluo aquilo que eu não sou, não quero ser e, no limite, excluo outras formas de pensar e de sentir» (2003: 77).

Sabemos que também Freud tinha chegado à mesma conclusão ao anunciar que o *ego* se tinha de defrontar com dois "territórios estranhos": «o interno (o recalcado) e o externo (a própria realidade)» (cit. por Heleno; 2003: 48). Isso era tão importante que essas "invasões" do externo são mesmo capazes de modificar a perceção do mundo e a perceção que o *ego* tem de si mesmo (Heleno: 48).

Paradoxalmente, é ao possuir identidade que o indivíduo se torna igual aos outros, por um mecanismo de identificação. Desta maneira, são os outros, principalmente os que estão mais próximo de nós, bem como os nossos objetos pessoais, os lugares em que vivemos... que nos definem (Heleno; 2003: 80). Bourdieu (1984) atribuiria essencialmente ao *habitus* a responsabilidade das escolhas e preferências que os indivíduos fazem, numa inter-relação entre a classe social a que cada um pertence e o seu gosto pessoal, possibilitando-se assim a construção da identidade.

Ora, a «complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito», escreve Woodward (2009: 31). Ser um "bom pai", quer dizer, apoiar e estar disponível para o filho, choca com o desejo de ser um executivo de sucesso, empenhado e ambicioso. Mas para além de pai

e de executivo, o mesmo indivíduo é vizinho, membro de um partido, de um clube, tem uma determinada nacionalidade que pode ou não beneficiar os seus negócios, etc. Nem sempre é fácil este convívio. Há que hierarquizar, estabelecer prioridades, ceder, alterar, reinventar.

Ora, esta influência da sociedade na construção da identidade leva a que alguns estudiosos, como Clément Rosset, recusem a distinção entre identidade pessoal e identidade social, afirmando que a única identidade é a social e é ela que é responsável pela criação da "ilusão" da identidade pessoal (Heleno; 2003: 84). Na verdade, o *eu* não conseguiria sozinho construir a noção de identidade pessoal. São, assim, os olhos dos outros que moldam a construção da nossa identidade.

Este facto está bem patente em Dubar, quando afirma: «às primeiras formas identitárias, as mais antigas e até ancestrais, vou chamar formas comunitárias. Estas formas supõem a crença na existência de grupos chamados "comunidades" considerados como sistemas de lugares e nomes predeterminados aos indivíduos que se reproduzem de forma idêntica através de gerações... às mais recentes e até em emergência vou chamar formas societárias. Elas supõem a existência de coletivos múltiplos, variáveis, efémeros, aos quais os indivíduos aderem durante períodos limitados e que lhes fornecem as fontes de identificação que eles gerem de maneira diversa e provisória» (2006: 10 – sublinhado do autor).

Facilmente se identificam como formas comunitárias as nações, as etnias, as culturas e como societárias as familiares, religiosas, profissionais, políticas, etc. Estas duas formas sociais põem em jogo a dupla identificação - para o outro e para si -, embora cada uma delas o faça de maneira diferente, pelo que se pode concluir que existem «várias maneiras de construir identificações de si próprio e dos outros, vários modos de construção da subjetividade, ao mesmo tempo social e psíquica, que podem ser muitas combinações das formas identitárias inicialmente definidas», conclui Dubar (2006: 149).

Quer isto dizer que «ou uma pessoa, no fim da sua socialização primária, se define (ou é definida) primeiro pelo seu grupo cultural, a sua comunidade de origem: ela é identificada por traços físicos ou linguísticos, marcas identitárias culturais (estigmatizadas ou estigmatizáveis). Ou se define (é definida) primeiro pelo seu papel profissional, o seu estatuto social» (*ib.*). Obviamente que qualquer indivíduo constrói identidades para si que podem estar ou não de acordo com estas, que podem ser mais ou menos coincidentes com a identidade atribuída pelos outros, identificando-se ou distanciando-se mais ou menos do "grupo". Kaufmann diria que «a modernidade caracteriza-se pelo facto do indivíduo já não estar estritamente sujeito a papéis impostos» (2005: 66).

3. Literatura universal/lusófona/portuguesa/açoriana

Como relacionar a construção da identidade com a nacionalização ou regionalização da literatura?

Prado Coelho afirma que «o método óbvio para a definição duma literatura nacional consiste em compará-la com as outras literaturas nacionais» (1992: 11). Segundo Teófilo Braga, a literatura portuguesa ter-se-á diferenciado devido ao "génio nacional", produto da ascendência céltica desse povo e à sua localização atlântica. Na verdade, estes argumentos étnicos/raciais não eram novos, já que, anteriormente, Oliveira Martins, pela década de 70 do século XIX, os tinha abordado. «Mas Martins admitia a presença de certos traços no caráter português, que apresentava como *célticos*, ligados a alguma continuidade entre lusitanos e portugueses» (Sobral; 2004: 258), enquanto Teófilo combina os fatores étnicos com os geográficos. Portugal deveria a sua especificidade cultural e a sua unificação política ao facto de não ter sido muito influenciada, na sua

formação, pelo predomínio de sangue semita — de fenícios, cartagineses, árabes e judeus, ao contrário de Espanha.

Desde então, vários historiadores, geógrafos, antropologistas, filósofos... se têm debruçado sobre a especificidade da cultura portuguesa e, embora com algumas particularidades, todos eles salientam a importância da nossa posição geográfica e as vicissitudes da nossa história na construção desse "modo diferente de ser europeu".

Claro que a necessidade e o esforço de aproximação ao mundo, sobretudo à União Europeia, vão modificando estas singularidades. Prado Coelho, embora não desconhecendo que a identidade cultural de uma nação não é estática, mas mutável e dinâmica, apontou algumas caraterísticas que poderão ser encontradas em textos literários portugueses, com mais ou menos incidência e com ocorrências aleatórias. O chamado "modo português de amar" (que não passou despercebido a muitos autores clássicos, mesmo de outras nacionalidades, como Cervantes ou Maria de Zayas - dois exemplos ao acaso); a identificação do amor com o sofrimento; o lirismo saudoso; a ironia e a sátira; o misticismo; o fatalismo e o sebastianismo são algumas dessas caraterísticas (veja-se P. Coelho) perfeitamente consensuais.

Ora, não se pode perder de vista o facto de que cada literatura nacional é apenas uma variante do universal, se bem que não se saiba muito bem o que é "literatura universal" (*ib*.). Do mesmo modo não se sabe bem o que é "literatura lusófona". É um facto que a literatura, num passado não muito distante, servia para apoiar privilegiadamente o ensino da língua, não só porque nela se encontram os textos que são considerados linguisticamente normativos, como também porque eles são a base, o repositório, de uma identidade cultural que se pretende transmitir. Não admira, portanto, que, quando hoje se fala em "literatura lusófona", seja precisamente a língua que autoriza o modificador. Na verdade, afigura-se-nos mais correto falar antes em "literaturas"

lusófonas", querendo com isso designar as "literaturas nacionais" que utilizam a língua portuguesa.

Legítima esta correlação com a língua, uma vez que «o sentimento/consciência da nacionalidade apoia-se numa rede de referências mentais, constantes da linguagem oral ou escrita, e particularmente da literária» (1992: 13), notaria o mesmo P. Coelho. O que quer dizer que, para além da língua, deverá haver caraterísticas comuns a essas literaturas lusófonas. Não cabe no âmbito deste trabalho o estabelecimento das caraterísticas comuns a essas literaturas (trabalho de investigação que ainda não está feito), mas é óbvio que elas começaram a constituir-se por oposição à literatura portuguesa, no entanto, parece-nos pacífico considerar que não será erro dizer que as caraterísticas geográficas, étnicas e as vicissitudes da história terão moldado assim cada uma das outras literaturas lusófonas. Do mesmo modo se poderá definir a identidade da literatura açoriana.

4. Conclusão

Segundo Pascal, «uma cidade, um campo, são de longe uma cidade, um campo; mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, ervas, formigas, patas de formigas, até ao infinito. Tudo se engloba no nome de campo» (*Pensée*, § 115-65; cit. por Heleno; 2003: 154)., o que significa que, em última análise a identidade depende do ponto de vista, depende do outro. Por outro lado, a identidade não se reduz ao desempenho de um único papel, por isso, pode ser-se açoriano, português e lusófono ou cidadão do mundo. Assim, a açorianidade, tal como a portugalidade ou a lusofonia será apenas uma identidade particular, verificada num dado momento, num aspeto particular. Na construção da sua identidade, o indivíduo formou essa imagem de si mesmo numa gama de outras possíveis.

Quando se assume enquanto membro de uma comunidade, ele mostra um desejo de aceitação por parte dela, do mesmo modo que ao demarcar-se dela, ao marginalizar-se, mostra um desejo de abarcar outras identificações.

É a imagem que o indivíduo pretende ter de si mesmo que o leva à escolha livre dos papéis que deseja desempenhar. O seu ego condu-lo na escolha do papel de que ele pensa vir a tirar alguma satisfação, seja por se identificar com um determinado grupo dominante, seja por se diferenciar desse grupo. A sua memória emocional condu-lo eficazmente nesse caminho. No entanto, ao mesmo tempo, pesa ainda na direção dessa ação o contexto social: o modo como os outros me veem que faz com que eu seja aceite por eles ou não.

Estas duas facetas nem sempre pesam de igual maneira, às vezes entram em complexas combinações. Por outro lado, elas não estão sempre presentes, pois podem muito bem ser ignoradas.

Tudo se passa como num jogo entre as normas associadas aos papéis e a memória pessoal dos reflexos registada sob a forma de esquemas de si, donde o indivíduo é sempre o centro de regulação da sua própria ação, sem deixar, obviamente, de estar inserido num determinado contexto social (Kaufmann: 68).

Assim, quando um autor se assume como pertencente a uma certa comunidade (país, nação ou região) fá-lo por imperativos pessoais, conscientes e inconscientes, que estabelecem uma ligação com a comunidade, seja de identificação/integração ou, pelo contrário, de afastamento/marginalização (2). Por sua vez, quando a comunidade, nacional ou regional, integra um determinado autor, mostra em relação a ele uma aceitação mais ou menos geral. Quer isto dizer que ao atribuir a Saramago um vincado universalismo se está a valorizá-lo, mas quando se atribui a Aquilino um pendor regionalista se está a apoucá-lo.

Desta maneira a regionalização de um autor, sobretudo se assumida pela comunidade mais abrangente (o continente, o país), será sempre um modo de marginalização. João de Melo, Dias de Melo, Cristóvão de Aguiar serão sempre marginalizados pela imprensa nacional, se esta os considerar como "escritores açorianos", quer dizer, se os considerar como autores apenas válidos para uma certa região, não válidos para todo o país, muito embora essa mesma pertença à região possa ser uma questão essencial de integração para eles próprios, se escolhida e assumida por eles. Que um jornal local reivindique como "regional" um certo autor, essa revindicação é encarada valorativamente. Por exemplo, se um jornal ribatejano reivindicar Saramago como ribatejano, é uma afirmação de orgulho, pois diz respeito à naturalidade do autor. Nenhum jornal nacional o nomeará "escritor ribatejano", a não ser se for hostil a Saramago, pois é na afirmação da sua nacionalidade, é na afirmação da aceitação que ele pertence ao grupo/nação, que o grupo/nação de identifica com ele, que mostra assim o seu orgulho na figura deste escritor.

Do mesmo modo acontece quando a região coincide com nação. Um escritor "galego" nunca terá a aceitação da imprensa nacional, da imprensa castelhana, enquanto escritor espanhol. Ele será sempre e apenas uma especificidade, um "escritor regional". Mas com que orgulho e prazer ele não se aceita assim, os seus pares não o aceitam assim! Para ele a identificação "galega" marca a marginalização, o afastamento/oposição à outra, à castelhana.

De um modo idêntico, talvez de uma maneira objetivamente menos vincada, um escritor cabo-verdiano, será também encarado como um escritor regional pelos restantes países lusófonos, se a comunidade cabo-verdiana e até mesmo a portuguesa, a angolana, a brasileira, etc., o não assumir como escritor lusófono, ou como se diz mais vulgarmente, como escritor de língua portuguesa. Quantos leitores portugueses saberão que Mia

Couto é Moçambicano, Germano de Almeida é cabo-verdiano ou que Agualusa é angolano e não os pensam simplesmente portugueses? Quantos sabiam/sabem (agora mais pois, a propósito das comemorações do centenário da República, muito se fala nele) que Teófilo Braga é açoriano, micaelense? Por que razão nunca se ouviu falar em escritores lisbonenses, como escritores regionais? Só o periférico à capital é regional? De facto, existe sempre, de uma maneira mais ou menos consciente, a ideia de apoucamento sempre que se fala em regionalismos. Não pertencem os regionalismos da linguagem à linguagem popular, por oposição à corrente, logo a uma linguagem desclassificada?

Cremos que ao falarmos em escritores açorianos, passados ou presentes (e há tantos), só o devemos fazer de uma perspetiva interna, quer dizer, enquanto membros do mesmo grupo (enquanto açorianos, portanto, ou pelo menos, enquanto admiradores da cultura açoriana, logo, com identificações com o grupo) e, do mesmo modo, como tributo e orgulho nessa identificação comum. Mas precisamente enquanto admiradores dela e enquanto membros de comunidades maiores, mais englobantes, a portuguesa, a lusófona, devemo-nos debater para que esses escritores sejam apenas "portugueses", ou melhor, escritores de língua portuguesa.

Notas:

1. Aliás, foram os Estados que começaram a preocupar-se com as identidades individuais, muito antes ainda da maioria dos indivíduos se preocuparem com isso (Kaufmann; 2005). Fizeram-no, naturalmente, através dos registos (de nascimentos, do batismo, da morte...). Daí os bilhetes de identidade, nossa primeira identificação, a "institucionalizada", por assim dizer, a que nos marca como cidadãos de um país, por oposição ao cidadão de outro país.

2. Daí a necessidade que os emigrantes têm de se distanciar da sua nação/região de origem, associadas as memórias de perseguição, fome..., enquanto procuram identificarse com o outro, aproximar-se dele, enquanto identificação para si, enquanto imagem de sucesso.⁶

VIII COLÓQUIO DA LUSOFONIA AÇORES MAIO 2007
RUI GONÇALVES, DOS PRIVILEGIOS & PRAEROGATIVAS QUE HO GENERO FEMININO
TEM - O PRIMEIRO LIVRO FEMINISTA PORTUGUÊS?

ANABELA MIMOSO

Confraria Queirosiana

Rui Gonçalves nasceu em S. Miguel e foi lente de Digesto em Coimbra. A sua obra, foi considerada por vários autores, entre os quais Natália Correia, como o mais antigo texto feminista português.

Embora seja uma obra singular, não só porque foi escrita em português, mas porque também é uma das raras obras dedicadas à mulher escritas no nosso país, não podemos entender aquela afirmação em sentido literal. Como jurista que era, Rui Gonçalves, nesta obra, visa, sobretudo, elaborar a compilação da legislação da época referente à mulher

e, de modo especial, as leis de carácter económico que visam a defesa do dote. Claro que, como toda a literatura na época, não esqueceu a vertente social e moralizadora.

Tal como acontece com a maioria dos autores do século XVI (o que é também válido para os autores anteriores a esta data e muitos outros posteriores a ela), não conhecemos muitos dados biográficos sobre Rui Gonçalves. Tanto Inocêncio F. da Silva, como Barbosa Machado são muito parcos em informações sobre este autor. Como Inocêncio é menos parcimonioso do que Machado, dele transcrevemos as informações biográficas que nos fornece: «Licenciado em Direito Civil e Lente de Instituta na Universidade de Coimbra, de que tomou posse a 27 de Outubro de 1539. Foi depois em Lisboa Advogado da Casa da Supplicação. N. na ilha de S. Miguel, porém são ignoradas as datas do seu nascimento e óbito. Alguns o nomeiam Ruy Gonçalves da Grã» (vol. VII). Na realidade, pouco mais acrescenta aos dados que o próprio autor fornece no texto dos Privilegios, na última Prerrogativa (106): «ho licenciado Ruy Gonçalvez lente, que foy da jnstituta & dos digestos na vniversidade de Coimbra, & agora jndigno aduogado da corte & casa da supricaçam» Também pela leitura do livro, sabemos que foi pai de Pedro Fernandes, pois podemos ler na página em que figuram dois poemas da sua autoria de louvor à obra, escritos em latim: «Petrus Fernandus authoris filius» (1).

⁶ Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. (1984). Distinction: a social critique of judgement of taste. Cambridge: Harvard U.P.

COELHO, J.P. (1992). A originalidade da literatura portuguesa. Lisboa: ICLP.

DUBAR, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*. Porto: ed. Afrontamento.

HELENO, J.M. (2003). Identidade Pessoal. Lisboa: Instituto Piaget.

JÚDICE, N. (2001). Tradição, cânone e estudos literários. *Cadernos de Literatura Comparada*. Dez. 2000. Porto: Granito ed. e Liv.

KAUFMANN, J-C. (2005). A invenção de si. Uma Teoria da Identidade. Lisboa: Instituto Piaget.

REAL, M. (2010). A herança do escritor. JL. 1037. 30 de junho a 13 de julho

REIS, C. (2001). O conhecimento da Literatura. Introdução aos estudos literários. Coimbra: Almedina.

ROBIN. R (1995). Extensão e incerteza da nocão de literatura. Teoria literária. Lisboa: Dom Quixote.

SILVA, V.A. (1988). Teoria da Literatura. Coimbra: Almedina.

SOBRAL, J. M. (2004). O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, vol. XXXIX (171), p. 255-284.

WOODWARD, K. (2009). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *Identidade e diferença. A perspetiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Foi R. G. autor da obra *Dos privilégios & praerogativas que ho genero feminino tem por direito comum & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino,* publicado em 1557, por João de Barreira, tipógrafo régio (2). Trata-se de um 8º de 108 páginas.

R.G. tem sido apontado também como autor de uma obra anónima e sem data, da oficina do mesmo João Barreira, o *Memorial ao rei D. João III sobre os perdões*.

Dos Privilegios foi feita uma segunda edição em 1785, por Filippe de Sousa e Azevedo.

A obra está dedicada à «*Muyto alta & muyto poderosa Raynha nossa Senhora*», D. Catarina, destinatária de muitas outras dedicatórias de livros, sobretudo de moral e bons ensinamentos para as mulheres, como foi o caso de *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* de Gonçalo Fernandes Trancoso (1575), do *Libro Primero del Espejo de la Princesa Christiana* de Francisco de Monzón (que ficaria em manuscrito), bem como da tradução de *Lo Libre de les Dones* de Francisco de Eiximenis (que haveria de ser publicado em Valhadolid em 1542).

Rui Gonçalves, tal como os outros autores, contava com a sua sensibilidade de mulher para acolher favoravelmente o livro, esperando que ela «ho aceite em serviço, & o aprove com a sombra de sua real proteiçam, de que nacerá ousar esta obra sahir a publico, & ficar tam segura & sem receio, que nam temeraa reprehensam alguæ humana». Acrescentaria ainda a indicação da razão do bom acolhimento: «& a V.A. como aa mais excellente & suprema Princesa & senhora do mundo, conuem defender & aprovar tudo ho que se escrever em louvor do genero feminino».

Recorrendo, novamente, ao "Prólogo" poderemos inferir a razão da publicação desta singular obra: «Aemilio Papiniano (hum dos mais excellentes Jurisconsultos do dereyto civil) que as molheres sam de pior condição que os homens em muitas sentenças & conclusões, & da hi naceo accumularem os doctores muitas causas & doctrinas, nas quaes os homens tem mais prerogativas & preheminencias que as molheres».

Mas, muito embora «a sentença de Papiniano seja verdadeira & comummente aprovada, todavia se pode afirmar que igualmente procedem os homens e molheres na mor parte dos casos & conclusões de dereito, & que ho genero masculino sempre comprehende o feminino, tirando alguns casos exceptuados nos quaes a materia he diferente & nam conuem aas femeas como aos machos, porque assim como ha muitas cousas em que os homens sam de milhor condiçam, assim outras muytas tem as molheres mayores, & mais supremas prerogativas que os homens, & alguns Privilegios & Prerogativas com que sam mais privilegiadas & fauorecidas em dereito (cousa mais trabalhosa que sutil), tratando somente do que acho scripto em seu louuor & vtilidade, pois ha tantos que escreueram o contrario» (sublinhado nosso).

A obra começa então a seguir a este Prólogo e apresenta-se dividida em duas partes.

Na primeira, fala «dalgu@as virtudes em que as molheres foram jguaes & precederão os homens»: «Doctrina & saber», «Conselho», «Fortaleza», «Deuação & temor a Deos», «Liberalidade», «Clemência & misericordia», «Castidade», «Amor conjugal» e «Ouciosidade» (leia-se: ocupação dos tempos livres).

Para justificar a excelência das mulheres nestas virtudes, apresenta os exemplos de muitas matronas bíblicas ou da Antiguidade Clássica, acabando por concluir que «assy como ho genero feminino foy dotado destas heroicas & sublimes virtudes ygualmente com o género masculino poderia contar outras muytas que tem: das quaes se comprehende claramente ser elle tam perfeito como he o genero masculino» (1557: 31). Mas, como jurista que era, Rui Gonçalves, nesta obra, visa, sobretudo, elaborar a compilação da legislação da época referente à mulher e, de modo especial, as leis de carácter económico que consignavam a defesa do dote, sem esquecer, porém, as de carácter social e moral. Diz ele: «Na segunda [parte] tratarey dos privilegios e prerogativas que ho genero feminino tem por dereito comum, & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino: falando como jurista & não como teologo, porque fora

do dereito tem as molheres muytos privilegios & prerogativas: por amor da bem aventurada & gloriosa virgem nossa Senhora que mereceo ser madre de Deos, as quaes escrevem os teologos, em que nam tocarey por nam serem da minha profissam» (1557:32).

Nesta parte, faz-se então a inclusão de direitos das mulheres, não das princesas e grandes senhoras, mas das mulheres das várias condições sociais e de vários estados (solteira, casada, viúva), pois sua «tençam he somente tratar dos privilegios & beneficios que ho genero feminino tem **geralmente** conforme o dereito comum & ordenações deste Reyno» (1557:34) (sublinhado do autor). Estes direitos vêm «postos em ordem do A.B.C.» (1557:35) e pelos seus títulos em latim para «se poderem leer & achar com mais facilidade & menos confusão» (ibidem). Assim começa com a "Absolutio", depois pela "Absentiae causas" e assim por diante até à Prerrogativa 106 que trata da "Usura".

Exemplificando: em relação à 42ª prerrogativa a lei reconhece que «he beneficio & privilegio das molheres poderem pedir seus dotes constante o matrimonio, quando os maridos vendem,& dessipam suas fazendas, ou sam degradados por alguns anos, de sorte que pareça que fazem pobres & podem vir a pobreza, pera ho dote se por em mão de algum mercador, & se sustentarem dos interesses, ou pera os maridos darem cauçam ao dote se nam gastar, & lhe ser restituído por nam ficarem sem dote» (1557: 65).

O objectivo da compilação destas leis seria, sobretudo, de ordem prática, mas também formativa. Contudo, não podemos deixar de lembrar, que todas estas leis visavam, essencialmente, a proteção económica da mulher, sobretudo, em caso de desaparecimento, abandono ou morte do cônjuge.

A utilidade da obra seria realçada no Prefácio da segunda edição, pelo seu novo editor. «Este é, na verdade, um livro não só precioso aos Jurisconsultos, mas bem digno da atenção de qualquer senhora. As meninas lendo as belas expressões que nele se encontram, quando exalta a virtude e repreende o vício, se hão de animar em crédito do

seu sexo a seguir o caminho da educação cristã». E mais adiante continua: «As senhoras mães de famílias não devem ignorar os seus privilégios, para se saberem conduzir nas diferentes situações da vida e do seu estado» (1992: 22). Dois séculos volvidos sobre a sua publicação, não só a leitura da obra continuava a ser a mesma, como também lhe era reconhecida a sua utilidade e importância.

Mas, antes de analisarmos, ainda que brevemente, a importância desta obra, convém lembrar que, como é evidente, ela não nos aparece isolada.

Por um lado, a visão que R.G. tem da mulher não pode diferir muito da de qualquer outro escritor seu contemporâneo. Todas as obras são fruto do seu tempo. Perez-Erdelyi afirmava que «los novelista, hombres o mujeres, en sus actitudes para con las mujeres están condicionados por su sociedad y su cultura, y estos valores al mismo tiempo que las percepciones subjectivas del escritor se reflejarán en su representacón de la mujer» (1979:8). Parece-nos que será também legítimo afirmar, e com mais razão ainda, que o mesmo se poderá dizer dos moralistas ou dos teólogos. Mas o facto de R.G. ser jurista e não teólogo nem moralista e, sobretudo, o facto de ser leigo, e não religioso como a maioria dos outros autores que se pronunciaram sobre a educação da mulher, ter-lheão permitido ter uma visão mais abrangente sobre o papel da mulher na sociedade e deram-lhe também a possibilidade de assumir na escrita essas mesmas ideias.

Por outro lado, esta obra filia-se no conjunto das outras obras peninsulares que, desde finais do século XV e primeira metade do século XVI, visavam a defesa das mulheres, sobretudo das mulheres "ilustres".

Na Península circulavam muitos tratados de vícios e virtudes, manuais de confissão e obras doutrinárias que visavam a educação do homem e da mulher, sobretudo enquanto casal. A maioria assumia o nome de "espelhos" e tinham, ao mesmo tempo, uma função exemplar educativa e moralizadora.

Ao princípio, dirigido especialmente aos príncipes e grandes senhores, como diz, L. Fernandes, o "espelho" «foi sendo acompanhada de uma afirmação crescente e complementar de idêntica função pelas princesas e grandes senhoras» (1995:42).

Na continuação desta literatura começaram a surgir na Península, quase ao mesmo tempo, obras em defesa das mulheres, particularmente das "ilustres". Os seus autores, continua a mesma investigadora, «sem perderem a convicção das limitações provocadas pelas "inferioridades" femininas, tinham preferido substituir os argumentos de efeitos polémicos – e políticos – pela construção (que foi, sobretudo, reconstrução) de modelos orientadores de atitudes e comportamentos que, manifestamente, visavam alterar o rumo de alguma literatura pouco criteriosa nas críticas às características, funções e atitudes das mulheres, em geral» (1995: 105).

Em Portugal, como exemplo de obra orientadora da formação feminina, nomeadamente das princesas e grandes senhoras, é de referir *O Espelho de Cristina*, escrito por Cristina de Pisano em 1404, cuja tradução ordenada por D. Isabel de Lencastre (esposa de Afonso V) viria a ser impressa por ordem da nossa rainha D. Leonor, em 1518, se bem que com alterações. No entanto, recordemos, que só no século seguinte, se editariam obras portuguesas que elogiariam diversas figuras femininas tidas como excepcionais. É o caso da *Descrição de Portugal* (1610) de Duarte Nunes de Leão, do *Jardim de Portugal* (1626) de Fr. Luís dos Anjos, de *Flores de Espanha, excelências de Portugal* (1631) de António de Sousa de Macedo e do *Agiologio Lusitano* (1666) de Jorge Cardoso.

Claro que, já desde o século XV, deveriam ser conhecidas no nosso país muitas obras castelhanas sobre esta temática, nomeadamente, o *Triunfo de las Donas* (1443) de Juan Rodriguez del Padrón, o *Libro de las virtuosas y claras mujeres* (1446) de D. Álvaro de Luna, o *Libro de las mujeres ilustres* (s.d.) de Alonso de Cartagena, o *Tratado en defensa de las virtuosa mujeres* (s.d.) de Diego de Valera ou o *Jardin de nobles doncellas* (c. 1468) de Fray Martin de Córdova (3), que poderão ter servido de referência a R.G.. Mas

nenhuma destas obras tinha suscitado até então interesse suficiente, por parte dos moralistas portugueses, que levasse à sua traducão ou imitação.

Não obstante, não é devido ao seu carácter formativo que este texto deve a sua singularidade, pois se analisarmos mais em pormenor o conteúdo dessas obras, constatamos que, à exceção da "Doctrina & saber", todas as outras virtudes, e ainda mais algumas, já vinham a ser reconhecidas às mulheres pela literatura castelhana.

Em Portugal, Trancoso, apenas uns anos a seguir aos *Privilegios* (1575) haveria de lhes reconhecer um alfabeto inteiro de virtudes, como a seguir transcrevemos: «*A quer dizer que seja Amiga de sua casa. E o B, Benquista da vizinhança. E o C, Caridosa com os pobres. E o D, Devota da Virgem. E o E, Entendida em seu ofício. E o F, Firme na Fé. E o G, guardadosa de sua fazenda. E o H, Humilde a seu marido. E o I, Inimiga de mexericos. E o L, Leal. E o M, Mansa. E o N, Nobre. E o O, Onesta. E o P, Prudente. E o Q, Quieta. E o R, Regrada. E o S, Sisuda. E o T, Trabalhadeira. E o V, Virtuosa. E o X, Xpãa. E o Z, Zelosa da sua honra» (1997: Conto XX, I Parte; Vol. II).*

Só que estas "virtudes" não eram vistas como um fim em si, pois não serviam para dignificar a mulher, antes serviam para lhes lembrar como elas deveriam ser e tinham apenas em conta as funções que elas deveriam assumir e que, conforme muitos moralistas, mesmos posteriores, entre os quais Fray Luís de León, não se cansavam de repetir, eram: «el servir el marido, y el governar la família, y la criança de los hijos, y la conta que juntamente con esto se deve dar el temor de Dios, y la guarda y limpieza de la consciencia» (1992: 81).

Porém, R.G. não se limita a apresentar exemplos de virtudes ou a elogiá-las. O tratamento dado ao tema é diferente, pois ele não parte do reconhecimento da condição de inferioridade da mulher para depois a "educar", Tinha sido assim que procederam os moralistas anteriores, baseados no pensamento aristotélico, como é o caso de Luís Vives:

«Lo primero que debe considerar la mujer es que el marido es superior y que a ella no esta permitido lo que a el» (1947: 113).

O facto de R.G. não ser um moralista, conforme vimos, pode ter determinado esta outra orientação dos seus escritos. Assim, parte do pressuposto de que as mulheres são, em muitas coisas, iguais ou superiores aos homens, através de exemplos de muitas mulheres ilustres possuidoras de grandes virtudes.

Não obstante esta novidade, os exemplos dessas mulheres continuavam a funcionar como "espelhos" para as outras.

Já no entanto, no que diz respeito à "Doctrina e saber", este livro mostra-se, no mínimo, singular. Esta temática constituía um campo resvaladiço de ser abordado em meados do século XVI. Não que os moralistas ainda desconfiassem das capacidades cognitivas da mulher, mas porque não incentivavam a mulher a cultivá-las. Trancoso, no já citado conto XX da I parte mostra bem quão pouco favorável é à aprendizagem da leitura por parte das mulheres. O conto em questão que, na realidade, é um ABC escrito a pedido de uma senhora que desejava poder ler as orações pelos livros, insere também a resposta de Trancoso a este pedido. Responde-lhe ele que, já que a senhora não aprendeu na meninice a ler, depois de casada, deveria «contentar-se com as contas... e por elas rezando muitas vezes a saudação angélica que o Anjo disse à Virgem... e basta tanto que não há mais que desejar, nem melhores orações que rezar» (4).

Desconfiando e temendo o desejo que as mulheres tinham de aprender, os moralistas advertiam amiudadas vezes para os perigos das leituras não devotas e da muita erudição. Basta lembrar que, no século seguinte (1651), D. Francisco Manuel de Melo haveria ainda de lembrar ao amigo casadoiro, a quem dedicou a sua *Carta*, que *se «não nos é lícito privarmos as mulheres do subtilíssimo metal do entendimento, com que as forjou a natureza, podemos, sequer, desviar-lhe as ocasiões de que o agucem em seu perigo, e nosso dano»* (1963: 68). E mais adiante reforçará esta ideia: *«ouvi um dia caminhando,*

e não era ele menos que a um chapado recoveiro, enfim, ouvi-lhe que Deus o guardasse de mula que faz him, e de mulher que sabe latim» (1963: 80).

Novidade é também o facto de R.G., não só nos apresentar exemplos de mulheres que se notabilizaram pelas suas virtudes tipicamente femininas, mas também em outras várias áreas, como nos negócios e coisas de estado (Debora, Semyamira, mãe de Hélio Gabalo que fundou um senado de mulheres), na poesia (Carmenta, Lésbia, Sapho) e no aconselhamento de homens de estado (Abigail), consideradas áreas exclusivas do domínio masculino. R.G. não só admite como defende que elas desenvolvam as suas capacidades, conforme podemos verificar no seguinte passo: «Sendo o genero feminino tão sufficiente pera letras & todas sciencias, com muyta razam se pode estranhar esta hidade, na qual as molheres não se aplicam aas letras & scencias, como faziam as antigas Romanas e Gregas, & todas as outras nações, tendo tão perfectos engenhos, tanta sufficiencia & habilidade como os homens pera as poderem aprender: & antigamente eram doctrinadas na gramatica & nas artes liberaes, & dahi naçeo serem ellas as que acharam casi todas as artes» (1557: 8-9).

Mantendo-se dentro dos limites da sua área de "especialização", o autor, depois de nos ter dado conta das virtudes femininas e de um número grande de ilustres mulheres, pretendeu depois dar a conhecer às mulheres os seus direitos para que elas deles pudessem usufruir, pelo que a segunda parte do texto apresenta-se como um autêntico "manual" de direitos civis para conhecimento e consulta do público feminino.

Ora, esta preocupação com os direitos das mulheres é verdadeiramente inovadora. Maria de Lurdes Fernandes, ao falar nesta obra, reconhece que ela «está assumidamente marcada, como o seu título, aliás, o indica, pela leitura das obras legislativas, embora numa interdependência com o propósito do elogio das capacidades e dos direitos femininos. Por isso mesmo, e apesar da "frieza" da sua exposição, não deixa de se

apresentar também como um testemunho do quanto algumas polémicas continuavam a interessar os homens do século XVI, nomeadamente em Portugal» (1995: 118).

O público, ao ler o texto, ficaria com a ideia de que as mulheres não eram descriminadas sempre e em tudo, em relação aos homens. E esta mensagem podia ser interpretada num duplo sentido, pois ao mesmo tempo em que se valorizava a mulher e se lhe dava a conhecer os seus direitos, alertava-se também o homem para a necessidade do seu cumprimento.

Não admira que os *Previlegios* sejam fundamentais para a compreensão do século XVI e se revistam de uma grande importância no panorama da literatura portuguesa do género, bastante pobre no que diz respeito à educação feminina. No entanto, este texto percursor, em Portugal, da literatura elogiosa das mulheres excepcionais, permaneceu isolado no que diz respeito à sua característica jurídica.

Não podemos deixar de citar, novamente, L. Fernandes quando reconhece que esta é uma obra complementar das outras sobre a educação feminina, «mas, apesar disso, deslocada de todo o contexto anterior» (1995: 118), exatamente por abordar a problemática dos direitos que são consignados pela lei às mulheres.

E o facto de, apesar de ser uma obra sobre leis, não ter sido escrita em latim, mostra o quanto o seu autor desejava que ela não fosse uma obra de Direito, mas sobre direitos femininos e destinada a um vasto público, nomeadamente feminino.

Aliás, R.G. parece querer desafiar outros autores a darem continuidade a estas problemáticas, como se poderá depreender das suas palavras, quando, no Prólogo, adverte a rainha da importância da sua proteção «pera que outros de mais erudição & doctrina possam dar fim & perfeiçam a estes meus principios & cometimentos, que nam sam mais que as amostras do muyto que podem escreuer nesta materia» (sublinhado nosso). Amostras que não foram devidamente aproveitadas por outros, acrescentemos.

Não atingiu os objetivos a que se propunha, portanto, dado que apenas foi editada uma vez no século XVI e outra no século XVIII (5). Mas num país e numa época em que a literatura não era particularmente benevolente para com as mulheres, esta obra sobressai pelo seu carácter, não propriamente militante que não tem, mas aberto e benevolente, na medida em que valoriza a mulher, independentemente do seu papel de esposa e mãe que era o único, até então, a ser-lhe atribuído.

Uma obra feminista? Seria, no mínimo anacrónico, afirmá-lo. R.G. limitou-se a lembrar o papel de algumas figuras femininas ilustres de um passado remoto, as suas virtudes, não o papel ou as virtudes das mulheres comuns, e, para além disso, inventariou as leis que, no seu tempo, protegiam as mulheres. Apesar de denunciar no Prólogo que «outros tomaram por jnvençam & doctrina escrever contra a vida & costumes do genero feminino, casi accusando a natureza de produzir femeas & nam machos (como dizem muitos textos de dereito comum)», na realidade, não desmonta, não debate os argumentos desses outros, não defende a igualdade, mesmo apresentando casos excepcionais. Nem podia, na época. Não revolucionou costumes nem mentalidades. Também não fez escola. Mas, pelo conhecimento que nos deu da sua época, pelas novidades que na sua obra ousou assumir devemos prestar-lhe uma justa homenagem.

NOTAS:

(1) Artur Anselmo regista duas obras de Petri Ferdinandi constituídas por poemas escritos em latim. Regista ainda a existência de três leis sobre pedintes e vadios, datadas de Lisboa, 3 de novembro de 1558, assinadas por um tal Pero Fernandez que bem pode ser o mesmo, o que nos poderá levar a pensar que, tal como o pai, também o filho seria jurista ou estaria ligado às leis.

- (2) Sobre João de Barreira diz-nos Venâncio Deslandes: «um dos mais conhecidos typographo do XVI seculo e porventua o mais opulento, teve officina em Lisboa, em Braga e em Coimbra, desde 1542 até 1590».
- (3) Para mais informações sobre a literatura moralista da época veja-se a obra de M. de Lurdes C. Fernandes citada, nomeadamente os três primeiros capítulos.
- (4) Sobre este assunto veja-se a nossa tese de doutoramento, especialmente os capítulos dedicados à "Donzela".
- (5) Poderá ter havido outra edição desta obra, embora clandestina, na oficina de Domingos Barreira também, uma vez que os dois exemplares existentes na Biblioteca Nacional apresentam diferenças tipográficas, embora mínimas, segundo indicação de Elisa Maria Lopes da Costa.

Bibliografia:

ANSELMO, Artur (1977), Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI, Lisboa: BN

DESLANDES, Venâncio (1988), *Documentos para a História da Tipografia Portuguesa nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa: INCM (ed. fac-similada)

FERNANDES, M. de Lurdes Correia (1995), Espelhos, Cartas e Guias – Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica – 1450- 1700, Porto: ICP- FLUP

GONÇALVES, Rui (1992), *Dos privilegios & prerogativas* (1557), (ed. de Elisa Maria Lopes da Costa), Lisboa: BN (ed. fac-similada)

LEÓN, Fray Luis (1992), La Perfecta casada (1583), Madrid: Espasa Calpe

MACHADO, Barbosa, *Biblioteca Lusitana* (1933-53), Lisboa: Irmãos Bertrand, Lda., vol. III MELO, D, Francisco Manuel de (1963), *Carta de Guia de Casados* (1651), (ed. F. Castro Pires de Lima), Porto: Domingos Barreira

MIMOSO, Anabela (1997), "Contos e Histórias de Proveito e Exemplo" de Gonçalo Fernandes Trancoso (tese de mestrado), Porto: FLUP, vol. I (Introdução), vol. II (edição comparativa dos textos de 1575 e 1585)

MIMOSO, Anabela (2005), *A Novela Breve Portuguesa do Século XVII* (tese de doutoramento), Porto: FLUP

PEREZ-ERDELYI, Mirea (1979), *La picara y la dama*, Miami: Ed. Universal
PISANO, Cristina (1987), *O Espelho de Cristina* (1518), Lisboa: BN, (ed. fac-similada)
SILVA, Inocêncio F. da (1987), *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa: INCM, vol. VII

VIVES, Luís (1947), Formation de la mujer Cristiana (1523) in Obras completas, tomo I, Madrid: Aguilar

8º Colóquio da lusofonia Bragança outubro 2007

AONDE NOS LEVA A DIVERSIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA?

ANABELA MIMOSO

(ed. fac-similada)

Universidade Lusófona

Sinopse

É verdade que a língua é um diassistema, no qual se inter-relacionam diversos sistemas e subsistemas. Isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É o que se passa em relação à língua portuguesa.

Mas se as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil (PB) e a do Português europeu (PE) são mínimas, já o mesmo não se pode dizer quando temos em conta os dialectos, nomeadamente os da variante do PB, pois estas apresentam acentuadas diferenças entre si. Por isso mesmo, o que se afigura mais urgente fazer será resolver o

problema da unidade da língua dentro do próprio Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros.

1 Preâmbulo

Dos países ditos "lusófonos" é precisamente o Brasil aquele em que as ideologias anticolonialistas mais se fazem sentir. O que não deixa de ser curioso, porque é aquele que se tornou independente há mais tempo. Quem professa essas ideologias, contra a lógica da História e da Cultura e sem fundamentação linguística, reivindica o direito a uma língua brasileira, independente da Portuguesa, portanto. Ao contrário, os países africanos e Timor, os quais puderam recentemente optar por uma língua oficial própria, escolheram a portuguesa, porque historicamente e também linguisticamente isso é o correto (1).

Em Portugal, essas mesmas ideologias também se fazem sentir, sobretudo em alguns sectores das nossas camadas intelectuais. Estes sectores recusam não só a ideia de que a língua é a mesma, mas também o próprio conceito de "lusofonia", que denunciam como uma manifestação neo- ou recolonialista, manifestação saudosista das grandezas de Quinhentos. É assim que Alfredo Margarido, por exemplo, atribui à perda do Império, consequência da revolução de 1974, a necessidade da criação da ideia de que a língua portuguesa poderia constituir um elo de ligação entre os povos que outrora tiveram um destino comum. Diz este autor: «Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua "grandeza". Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar – de maneira quase glotofágica – as culturas dos Outros» (2000: 28). A "recusa do Outro", segundo ainda esse autor (2000: 47), seria mesmo o que definiria a nossa consciência nacional. Felizmente, para nós, não considera este fenómeno só tipicamente português, mas sim «uma fracção do discurso europeu» (2000: 55).

Afirmações destas, refletem a assunção de uma culpa que os portugueses do séc. XXI não têm de assumir, porque não são responsáveis por ela. Responsabilizar as populações atuais pelos erros dos seus governantes passados é anacrónico e historicamente errado. A colonização portuguesa foi menos brutal do que a espanhola e a inglesa, mas mesmo que assim não fosse, não se pode julgar a História, muito menos à luz de ideias que, só muito recentemente, se tornaram ideais mais ou menos consensuais. Não é partindo de pressupostos ideológicos que o tempo ajudou a sarar e, portanto, ultrapassados há muito pelos brasileiros - o trauma pós-colonial -, que se pode justificar a mudança de uma língua por outra que, afinal, é uma sua variante. Seria o mesmo que destruir os fortes e as igrejas de construção portuguesa, o mesmo que apagar da memória as lendas e os contos tradicionais luso-africanos.

Não sendo responsáveis pelo que os nossos antepassados fizeram, somos, no entanto, corresponsáveis pelo que possamos fazer pela preservação da mais rica herança que nos foi legada e que partilhamos com outros povos – a língua portuguesa.

2. A História do Português no Brasil

Contudo, os problemas da língua no Brasil não se resumem à discussão de saber se a variante brasileira deve ou não autonomizar-se. O primeiro problema que se levanta é o do estatuto das línguas minoritárias, o que é também uma consequência da história da colonização do Brasil. Por língua minoritária entende-se a que é usada num país por um número reduzido de pessoas, sejam ou não naturais desse mesmo país (respectivamente, autóctones e alóctones) e que diferem da sua língua oficial, como é o caso do mirandês em relação ao português (autóctone) e do ucraniano falado por muito imigrantes em Portugal (alóctone).

Ora, antes da colonização efetiva do Brasil (1530), havia mais de mil línguas, faladas por índios de diversas etnias. Os poucos portugueses que aí se fixaram, por sua vez oriundos de várias zonas de Portugal, portanto com dialectos próprios, e provenientes de várias

"classes" sociais, geralmente humildes e pouco cultos, passaram a falar uma mistura de Tupi, a língua índia mais falada ao longo da costa atlântica. Foi também esta língua que serviu para os jesuítas pregarem aí o cristianismo. Este "tupi jesuítico" que agregava, obviamente, influências portuguesas, mas também africanas (o tráfico negreiro inicia-se em 1538) não era, porém, a única língua geral. Havia outras de base não tupi, como, por exemplo, a de base cariri. Apenas em Pernambuco e na Baía, a minoria branca falava português europeu.

Com a expulsão dos Holandeses (1654), começa a exploração mais intensa do território brasileiro. O elemento índio vai perdendo importância em detrimento dos negros e dos brancos. A língua geral é relegada para as populações do interior e para as missões jesuíticas. Os habitantes do litoral das classes mais humildes falavam crioulo tupi (brancos, negros, índios), misturado com o crioulo africano nagô ou quimbundo. Mas à medida que os bandeirantes vão penetrando no sertão, a fronteira linguística entre o português e os idiomas indígenas vai sendo empurrada cada vez mais para Ocidente. Com a expulsão dos jesuítas em 1757, com a laicização do ensino, o Português é instituído como a língua oficial do Brasil, proibindo-se, portanto, o uso da língua geral. É evidente que nesta altura, o Português falado no Brasil já tinha características próprias que o diferenciavam do falado em Portugal. Como já ficou demonstrado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (1993: 81), a partir desta altura há um decréscimo de africanos, de índios e de portugueses em favor do crescimento de mulatos e de brancos brasileiros. Doravante, porém, nas cidades, a influência das línguas africanas torna-se muito maior, na medida em que a maioria dos índios ou tinha sido absorvida ou tinha morrido ou estava confinada às zonas mais remotas do país, onde continuava a falar a sua própria língua. As elites coloniais mestiças enriquecem e estabelecem uma nova ordem social com a fundação de Academias e, em Minas Gerais, surge mesmo um grupo que visa a

emancipação cultural (não linguística) da metrópole – é a Geração Mineira da Inconfidência - a que pertenceu Tomás António Gonzaga.

Mas logo um outro evento veio mudar o rumo dos acontecimentos: a mudança da corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Este acontecimento veio provocar uma rápida e intensa urbanização do Brasil, um autêntico processo de relusitanização do país. A diferença entre a fala do citadino e a dos camponeses acentua-se cada vez mais, já que, enquanto os brancos se fixam nas cidades, o campo continua habitado por muitos negros, ainda alguns índios, mas sobretudo mestiços que continuam a falar crioulo, em maior ou menor grau. No entanto, a independência que se lhe seguiu e a intenção da Constituição de 1823 em instituir o ensino primário obrigatório, embora não realizada em pleno, vêm favorecer e generalizar o uso da norma linguística, sobretudo nas cidades.

A estas influências ainda teremos de juntar a da imigração de portugueses (como aconteceu em S. Catarina com os Açorianos) e de outros europeus (2) que vieram aumentar ainda mais a diversidade linguística do PB. Rosa Virgínia sintetiza assim a génese do PB: «É certamente no entrecruzar-se de variantes localizadas menos ou mais interferidas por marcas indígenas e/ou africanas, de variantes mais gerais menos ou mais africanizadas ou menos ou mais aportuguesadas que se definem e emergem os traços característicos do português brasileiro língua nacional» (1993: 84-5). Acrescentemos-lhe, pois, a influência das línguas desses imigrantes europeus também como traço característico do PB.

3. A língua em questão

Claro que essas influências não se fazem sentir uniformemente em todo o país. Mas a verdade é que em qualquer língua existem variantes, consoante os diferentes lugares onde ela é falada. Por exemplo, em relação ao PE, um micaelense não fala como um nortenho continental, nem este como um algarvio. Quer isto dizer que o factor

geográfico implica a existência de variedades linguísticas que se costumam designar por dialectos ou falares. Para que se não entenda pejorativamente a palavra "dialecto", convirá convocar o testemunho de Rita Faria, para referir que «a própria língua (e aqui fazemos corresponder "língua" ao conceito de norma-padrão...) é também ela uma variedade dialectal que, por gozar de prestígio social, foi elevada ao estatuto de norma padrão» (2006: 40).

Quando se fala em dialecto, é costume aliar à sua definição a noção de sotaque, mas a variação dialectal estende-se também ao léxico e pode mesmo abranger a morfologia e até a sintaxe, como acontece nos falares alentejanos com o uso do gerúndio: *estou fazendo* em vez do padronizado *estou a fazer*.

Mas numa mesma região, província, distrito ou até concelho, poderemos ainda encontrar diferenças no falar entre indivíduos da cidade e indivíduos do meio rural, entre os que habitam uma região mais montanhosa e os que habitam a planície. Poderemos mesmo citar um curioso caso (entre outros): em Niza, os seus habitantes conseguem encontrar diferenças no modo como eles e os albicastrenses falam, muito embora pertençam ambos ao mesmo dialecto centro-meridional e as duas cidades sejam muito próximas (o que se explica pelas dificuldades de comunicação viária entre elas). Mas até dentro de uma mesma cidade, vila ou aldeia, as pessoas que aí nasceram e aí se criaram não possuem todas a mesma técnica linguística. O pedreiro, o funcionário público têm modos distintos de falar – são as *variantes culturais*. Alguns autores consideram ainda as gírias - que identificam os hábitos linguísticos, geralmente de uma profissão, como por exemplo, a dos médicos - *dialectos ocupacionais*, mas também poderemos falar de uma gíria própria dos ladrões ou dos drogados.

Poderemos ainda considerar a existência de *dialectos históricos* ou *temporais* que estão implícitos na evolução natural de uma língua qualquer. Percebemos algumas diferenças, não são só ortográficas, entre o texto de Caminha e a *Marília de Dirceu* mas, embora

revelando fases diferentes da evolução da mesma língua, continuam a ser percebidos por um público medianamente alfabetizado.

Ora, a distância geográfica faz com que se conservem muitos arcaísmos, como é o caso de Trás-os-Montes, onde até há pouco as ligações com o litoral eram difíceis. Com um oceano de premeio entre Brasil e Portugal, e ao longo de quinhentos anos, a língua conservou muito do sabor antigo. Assim, um dos traços mais importantes do PB é, pois, o seu conservadorismo. Por isso mesmo, não se pode dizer que a variante usada em Portugal é a mais correta. Segundo este ponto de vista, seria mesmo a mais adulterada. Mas, enfim, em todo o mundo, a língua é sempre nossa, e o dialecto é dos outros, em qualquer dos lados da barricada em que nos coloquemos.

De facto, toda a gente falou e fala um dialecto, logo nenhum é superior a outro, embora alguns sejam considerados de prestígio, segundo um determinado ponto de vista. Assim, a língua é ela própria o dialecto mais prestigiado pela sociedade, dado que foi politicamente escolhido e instituído como norma. Depois foi codificado e normalizado e ensinado nas escolas. Como as gramáticas e os dicionários prescrevem o uso da língua considerado correto, a fixação escrita de uma variedade linguística, estabelecida como norma escolar, contribui para a perpetuação da norma-padrão e é fundamental para a distinção de uma língua.

Claro que um mesmo indivíduo singular pode exprimir-se de diferentes formas, conforme é homem ou mulher, está em família ou com os amigos, com o patrão ou com interlocutores de outra região que não falam o seu dialecto — isto é o que Herculano de Carvalho chama estilo, definindo-o como a «adequação das formas que constituem o saber linguístico de um sujeito falante às finalidades específicas de cada um dos seus atos de fala» (1983:32). De facto, cada sujeito seleciona, mais ou menos conscientemente, os meios linguísticos que melhor servem os seus propósitos.

Deste modo, os atos verbais variam numa gama relativamente extensa entre os de exteriorização imediata, geralmente coloquiais, e aqueles de exteriorização mais reflectida, geralmente escritos, criando formas mistas entre os dois extremos, como por exemplo, numa exposição oral sobre um tema científico ou na reprodução escrita de um diálogo entre dois jovens suburbanos. O estilo *coloquial* tem função predominantemente apelativa e expressiva, mas também informativa (*Dá-me isso. Está quente. Que bom!*) e apresenta conteúdos relativamente pobres, pois surge de uma necessidade imediata de comunicação. Obviamente, que no estilo reflectido é de esperar encontrar uma linguagem rica, complexa e variada, esforçando-se o indivíduo por falar com correção e elegância.

É verdade que cada falante pode recorrer a estes dois "estilos", mas para isso é necessário que ele alargue as suas competências linguísticas, não só pela aprendizagem formal e não formal, como também pelo alargamento das oportunidades de realização de atos de fala em diversas circunstâncias e com interlocutores de diferentes níveis etários, de diferentes meios culturais e geográficos. A adequação a cada situação regulase, pois, por determinados preceitos a que se poderá chamar *norma estilística*. É o conhecimento desta norma que nos levará, numa dada situação, a escolher *giro*, em vez de *belo*, ou *preguiçoso* em vez de *calão*.

Contudo, é preciso compreender que o saber linguístico individual não se realiza apenas tendo em conta as formas utilizadas pelo sujeito. De facto, cada pessoa fala de uma determinada maneira, mas sabe também como os outros falam, e não só reconhece as formas que outros sujeitos utilizam, como também as consegue compreender. Esporadicamente, pode até utilizar essas outras formas, no todo ou em parte, pode até, ao transferir-se, por exemplo, para outra região diferente da sua, deixar de usar alguns termos, incompreensíveis, pouco usuais ou chocantes nessa nova região, como seria pedir um *garoto* no norte de Portugal continental ou usar o termo *rapariga* no Brasil.

Com tantas variáveis, como se determina então até que ponto duas pessoas de regiões ou países diferentes falam a mesma língua? Aceita-se geralmente o critério da inteligibilidade mútua para se delimitar os falantes de uma mesma língua, embora este não seja um critério absoluto. O critério político e histórico-cultural pode ser também muito relevante. Assim, o sueco, o dinamarquês e o norueguês não são considerados dialectos de uma mesma língua, apesar de os falantes destas três nacionalidades se entenderem razoavelmente bem, mas sim línguas diferentes, porque pertencem a comunidades com História e Cultura diferentes e com autonomia política.

4. A questão da língua

Capaz de individualizar um país, a língua tem uma força prodigiosa. Aliás, todos sabemos como no princípio era o verbo. E foi pela sua força que Deus criou o mundo. Ora, desde que Ele castigou os homens com a diversidade das línguas que eles buscam uma nova forma de se entenderem. Para isso os homens inventaram uma maneira: fizeram-se ao mar e levaram consigo a língua. Eles tinham percebido o poder da língua: é que nomear as coisas é adquirir poder sobre elas.

Se bem que uma língua não se defina só pelo número de falantes, mas sobretudo «pela sua identidade e autoridade cultural» (REIS; 1992: 26), ela permite, quando é transcontinental, como a Portuguesa, unir os povos. Vergílio Ferreira definiu bem esta vocação portuguesa quando afirmou que «da minha língua vê-se o mar». Ora, é este mesmo mar que une todos os seus falantes. Foi esse mar que outrora pôs os povos dos vários continentes em contacto entre si, é esse mesmo mar que hoje continua a levá-los no destino comum da diáspora emigratória.

Obviamente que o Português não é uma realidade homogénea, o que não é para admirar atendendo aos diversos factores sociais, históricos, geográficos, étnicos e linguísticos

que o condicionaram. Do que ficou atrás sucintamente exposto em relação à realidade brasileira, poderemos inferir a influência que outra realidade social, histórica, geográfica, étnica e linguística teve, por exemplo, na variante falada no Algarve ou na falada em Angola ou em Timor. Paul Teyssier pôs o dedo na ferida quando afirmou que: «Pode dizer-se do português o que já se disse muitas vezes do castelhano; é filho da conquista» (apud REIS; 1992: 18). E este facto é inegável quer o pensemos em relação à formação da nossa própria língua e do nosso país, quer o pensemos em relação à sua expansão. Obviamente que a opressão colonialista permite-nos perceber o desejo da diferenciação linguística tão ansiada por alguns sectores da sociedade brasileira. Afirma Carlos Reis: «a recusa da Língua poderia ser utilizada como modo de afirmação político-cultural, quando está em causa a constituição de identidades nacionais que tendem a rejeitar tutelas de qualquer espécie», por isso mesmo é preciso ter em conta que «a proteção da unidade do Português exige, antes de mais e por paradoxal que pareca, o reconhecimento de um certo direito à diferença linguística, até ao ponto-limite em que ela afecta cruciais componentes estruturais e perturba a possibilidade de comunicação; uma diferença em que entra naturalmente o contributo de elementos autóctones, colhidos em cenários ético-culturais que nenhuma metrópole deverá contrariar» (1992: 22). Mas a identidade nacional do Brasil já há muito que não está em causa, logo, não há motivo para essa luta. Por outro lado, a unidade da língua compreende tanto as variedades diacrónicas como as sincrónicas, sejam elas culturais, geográficas ou individuais (estilos), desde que todos os seus falantes se entendam uns aos outros. Ora, as diferenças entre a norma escrita do Português do Brasil e a do Português europeu são mínimas, pelo que a unidade da língua também não está em causa neste aspecto. Claro que o mesmo já não se passa quando temos em conta os dialectos, nomeadamente os da variante do PB, pois estes apresentam diferenças acentuadas entre si. Essas diferenças encontram-se no vocabulário, pronúncia e sintaxe, especialmente na língua falada. Alguns linguistas,

brasileiros especialmente, não se cansam de as enfatizar para afirmarem a sua autonomia. A verdade é que os falantes de ambas as línguas, desde que minimamente alfabetizados, podem entender-se perfeitamente. As dificuldades de entendimento de alguns brasileiros em relação a algumas das variedades do PE, geralmente individuais, resultam do ensurdecimento da língua (o ensurdecimento da língua é, enfim, também ele uma forma de evolução), especialidade que os portugueses, nomeadamente lisboetas da classe média alta e alta, têm vindo a praticar e que é veiculada pelos meios de comunicação social. Mas as diferenças entre as variantes são comuns a todas as línguas, ocorrendo em maior ou menor grau, consoante os casos.

Mesmo sendo a língua um diassistema, no qual se inter-relacionam, como vimos, diversos sistemas e subsistemas, isso não significa que a sua unidade seja posta em questão, pelo menos, enquanto todos os seus falantes se entenderem. É óbvio que a língua tem de registar variedades significativas. O que é natural e saudável. Diz Lindley Cintra: «Condicionada de forma consistente dentro de cada grupo social e parte integrante da competência linguística dos seus membros, a variação é, pois, inerente ao sistema da língua e ocorre em todos os níveis: fonético, fonológico, morfológico, sintáctico, etc. E essa multiplicidade de realizações do sistema em nada prejudica as suas condições funcionais» (1984: 3). Ou como diria Herculano de Carvalho «seja qual for a extensão da comunidade linguística em causa, os saberes linguísticos dos sujeitos falantes que a constituem não são nunca perfeitamente idênticos entre si» (1983: 230). Facilmente se perceberá que quanto menor extensão tiver a comunidade, quanto menor e mais homogéneo for o grupo de falantes, o saber comum a todos eles será maior e, inversamente, quanto maior for a comunidade, quanto maior e mais extenso for o número de falantes, menor será o saber comum a todos e, por isso, mais divergências haverá nas realizações dos atos de fala. É o que acontece com o Português, língua falada em quatro continentes, em territórios tão diferentes entre si, com substratos linguísticos diferenciados e mesmo com superstratos tão díspares.

Mas a questão da diferenciação do PB, posta em nome do direito à diversidade cultural, não pode fazer esquecer a necessidade de acesso à cultura das minorias étnicas. Obviamente que esses povos têm direito a todas as suas especificidades, mas como opção própria, como reconhecimento da sua identidade cultural, não por imposição dos intelectuais, como aconteceu em França com a renovação occitana (Martinet, 1989: 165), para que a língua que falam não os afaste ainda mais do acesso aos bens materiais e culturais do país. A política de preservação dessas línguas tem de ser factor de inclusão e não de exclusão social. O facto de alguns índios não serem falantes da língua oficial do seu país não é um factor de desenvolvimento cultural, mas sim de atraso. E isso é deveras preocupante.

Evidentemente que a existência de línguas minoritárias em perigo não é um problema exclusivo do Brasil. Calcula-se que existem a nível mundial cerca de seis mil, novecentas e doze línguas vivas e conhecidas, das quais menos de metade sobreviverão até ao final deste século (CASANOVA, 2006: 121). Das línguas minoritárias do Brasil, umas já estão extintas, outras moribundas e outras ameaçadas. Para salvar as que ainda são viáveis só o apoio governamental poderá garantir a sua conservação e expansão, mas mesmo assim não é pacífico se essa sobrevivência é possível, na medida em que a língua oficial, a de prestígio, pode ter o efeito de apagamento das outras, levando à sua atrofia, sobretudo se a sua preservação não for sentida como necessária pelas populações, mas imposta de fora. A morte de uma língua acontece porque os seus falantes optam por usar a língua hegemónica. Como lembrou Martinet «acontece, muitas vezes, que uma criança a quem se ensina uma língua de prestígio adquira uma espécie de repugnância em relação à língua adquirida anteriormente» (1989: 155). O que é uma forma de sobrevivência. De facto, a língua de prestígio tem um efeito modelador no movimento

de ascensão social. Ao praticá-la, os povos saem da sua pobreza tradicional em direção a uma maior qualidade de vida e, logo, para novas oportunidades que lhe são oferecidas pelo mundo desenvolvido. Ora, isso só pode ser positivo. Claro que pode causar pena e tristeza assistir ao desaparecimento de mais uma herança do nosso passado, mas é o preço que é preciso pagar pelo progresso. Por isso, a escolarização tem de ser uma realidade, pois é fundamental na melhoria das condições de vida dos seus falantes. Tarefa ingente, mas não impossível para quem já empreendeu outras tarefas bem mais ciclópicas.

Todos os cidadãos brasileiros têm direito a aprender português, mesmo que essa não seja a sua língua materna. Doutro modo correr-se-ia o risco de impedir o acesso ao desenvolvimento económico, cultural e social das populações marginalizadas. Já há muito que André Martinet nos veio chamar a atenção para preconceitos sobre a língua materna que não tem razão de ser. De imediato, para o facto de que «um individuo não está mais seguro de uma língua que aprendeu em primeiro lugar do que de uma outra adquirida ulteriormente» (1989: 144). Depois, para o facto de que a língua materna não é obrigatoriamente a do nosso pensamento, a da criação literária. Diz este autor: «É conveniente lutar contra a ideia espalhada de que apenas se pode compor uma obra literária na língua que se aprendeu no decurso da mais tenra infância. Os exemplos contrários não faltam: Adalberto de Chamisso, francês de nascença, escreveu em alemão; José Maria de Herédia, de origem cubana, é um poeta francês; Joseph Conrad, polaco, é um autor inglês» (1989: 145-6). As suas ressalvas vêm abalar a crença na ideia de que quem perde a sua língua materna, perde a sua identidade.

Num país de dimensões continentais com tantos problemas socioeconómicos para resolver, o Brasil não tem condições para tentar a salvação das línguas minoritárias em perigo - nem o Brasil, nem provavelmente nenhum país, em idênticas circunstâncias, por mais rico que fosse (3). Se bem que o levantamento de todos os seus dialectos e línguas

ainda seja uma miragem (o que não é para admirar, tendo em conta a imensidade do país e as especificidades todas a que é preciso atender), não nos parece acertado quer historicamente, quer cultural ou linguisticamente, falar no Brasileiro, como uma língua diferente da portuguesa. Até porque o efeito TV (telenovelas), a forte imigração brasileira e africana que hoje existe em todo o Portugal contribui para uma maior aproximação das três variantes (europeia, brasileira e africana). Mas também porque, com uma maior expansão do sistema escolar, o incremento do turismo português em certas zonas do Brasil, as migrações da população rural para as cidades em busca de emprego, se estão a inverter os atuais afastamentos das duas variantes.

Por outro lado, os puristas da língua têm que entender que a existência de unidade no Português passa pela sua diversidade, até porque é esta que lhe garante a necessária inovação lexical e plasticidade estilística. É evidente que terão de ser sempre definidos «os limites da inovação possível, sempre balizados pela estabilidade do sistema estrutural da Língua» (REIS; 1982:24).

Para o bem e para o mal houve uma História comum entre Portugal e os povos que sofreram colonização portuguesa que não pode ser branqueada, mas que também não pode ser apagada, nem deve ser desprestigiada, descontextualizando-se os factos do tempo em que ocorreram. Os povos da "lusofonia" perceberam que a língua, se antes foi instrumento de afirmação de poder, também pode tornar-se hoje elemento de união.

5. Conclusão

Portugal e Brasil são dois países diferentes, mas têm uma História e uma Cultura com muito de comum. Ora, se portugueses e brasileiros se entendem mutuamente, não há, pois, razão para a mudanca de língua.

Claro que nem todas as forças concorrem para este entendimento. Afastados da ideia de "correção" idiomática postulada pela gramática latinizante, muitos dos modernos linguistas não conseguem encontrar um ponto de equilíbrio, algures entre o poder que o povo tem sobre a língua e a força regularizadora dos textos escritos pelos "clássicos". No entanto, se se defende que, os comportamentos sociais são regulados por regras a que devemos obedecer se quisermos ser corretos, facilmente se perceberá que também a língua tem de obedecer a critérios consensuais, comuns a todos os seus falantes. Os linguistas sabem que qualquer língua proíbe mais do que aquilo que permite.

Mas é um facto que no Brasil a influência dos substratos linguísticos e dos superstratos se fazem sentir de maneira muito premente, uma vez que as distâncias geográficas e económicas são muito maiores do que em Portugal. Assim, dadas as diferenças que os dialectos do PB têm entre si e a existência de um rico património linguístico autóctone, afigura-se-nos urgente resolver o problema da unidade da língua dentro do Brasil para que, a breve trecho, os próprios brasileiros não tenham dificuldades em se entenderem uns aos outros. Para isso é preciso promover a prática de uma escolaridade efetiva em todas as regiões do país e para todas as camadas sociais, com especial destaque para o ensino da língua. É evidente que a língua falada não é igual à língua escrita, mas deve aproximar-se dela o suficiente para que um indivíduo, ao ser alfabetizado, não sinta que o está a fazer noutra língua. É preciso também dar-lhe oportunidade de conhecer outras formas de falar com outros interlocutores e em diversas situações, de forma a usar outros níveis de língua, enriquecendo assim o seu património linguístico.

Preocupado com o poder político da língua, com velhas ideias anticolonialistas, ao afastar-se da "norma" escrita que tem vindo a ser consagrada na sua variante, ao pugnar por uma outra língua, o Brasil corre o risco de perder a sua unidade linguística, e de, num futuro mais ou menos próximo, ver também alguns dos seus dialectos a reivindicar, por sua vez, o direito a constituírem-se como línguas que dificultariam o entendimento entre

todos os brasileiros e retardariam o progresso do país, já que obrigariam à reformulação, reconversão e diferenciação de todo o ensino da língua. É um facto de que é mais o que nos une do que o que nos separa, conforme se pode constatar pelo testemunho de dois brasileiros. O primeiro é recente - é de 1992. Trata-se de A. Gomes da Costa, então presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, Presidente do Liceu Literário Português e Presidente em exercício do Real Gabinete Português de Leitura. Reconhece ele que: «Se por um lado, o fato de termos uma língua com tantos milhões de utentes nos causa um certo ufanismo, por outro, essa mesma dimensão traznos responsabilidades, que vão desde o ensino nas escolas, ao enriquecimento vocabular, da criação literária aos cânones gramaticais, da unidade dentro da variedade à beleza da ortofonia» (1992: 14). A segunda palavra é do poeta. Olavo Bilac definia assim a nossa língua:

Última flor do Lácio, inculta e bela, És a um tempo, esplendor e sepultura: Outro navio que na ganga impura A bruta mina entre os cascalhos vela...

Amo-te assim desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma De virgens selvas e de oceano largo! Amo-te, ó rude e doloroso idioma, Em que da voz materna ouvi: «meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O génio sem ventura e o amor sem brilho!
Tarde (1919)

Do lado de cá, Aquilino Ribeiro, por exemplo, considerou-a o mais «lídimo e precioso» de todos os patrimónios (1949). Cá como lá, quem a conhece e sabe cultivar, ama incondicionalmente a portuguesa língua.

Para finalizar, socorro-me da autoridade das palavras de André Martinet que traduzem bem a forma de solucionar esta questão da língua: «por muito estruturada que seja, qualquer língua só pode funcionar se existirem, nos que a falam e a escrevem, uma grande tolerância, a aceitação de valores e forma diferentes dos valores que foram conhecidos e praticados desde sempre, a convicção que a compreensão mútua nasce do desejo de comunicar. Também não se deve esquecer que uma língua "maleável" vale mais do que uma língua "pura" » (1989: 172). E o Português de forte sabor a sal tornouse, graças ao contributo de brasileiros e, mais recentemente, de africanos e timorenses, uma língua complexa, mas dúctil, com sabor ao café timorense, ao açúcar brasileiro e ao coco africano.

Notas

(1) Para além, obviamente, das motivações económicas que estão subjacentes e que suportam esta opção, sobretudo no caso dos países africanos.

- (2) Referimo-nos, sobretudo, aos italianos que constituíram a maior corrente imigratória no Brasil. Não é de admirar que, nas localidades onde ela mais se fez sentir haja muitas interferências italianas na língua portuguesa no Brasil.
- (3) Várias iniciativas institucionais foram criadas visando a proteção das línguas minoritárias, como a *Endangered Languages Fund*, o projeto *Terralingua*... A criação da *Universal Declaration of Linguistic Rights* (1994) permite reconhecer a igualdade de estatuto de todas as línguas.

Bibliografia

CARVALHO, J. Herculano de (1983), Teoria da Linguagem, Coimbra: Coimbra Ed.

CASANOVA, Isabel (org. de), (2006), O Destino das Línguas, Lisboa: UC Ed.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa: Ed. João Sá da Costa.

CUESTA, Pilar Vázquez y LUZ, Maria Albertina Mendes da (1971), *Gramática Portuguesa*, Madrid: Gredos.

JOÃO, Maria Isabel (1993), "Unidade Nacional/Diversidade Regional: o caso dos Açores", Revista *Discursos*, nº 3, Lisboa: Universidade Aberta.

MARGARIDO, Alfredo (2000), A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses, Lisboa: Ed. U. Lusófona.

MARTINET, André (1995), Função e Dinâmica das Línguas, Coimbra: Almedina.

REIS, Carlos (1992), "O Discurso da Língua Portuguesa: unidade, poder e expansão", Revista *Discursos*, nº 2, Lisboa: Universidade Aberta.

RIBEIRO, Aquilino (1949), "Pela língua Portuguesa", in *O Século*, 22 de Maio.

SILVA, Benedicto (1992), *A Língua Portuguesa no Mundo*, Porto: Fund. Eng.º António de Almeida; Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (1993), "Português brasileiro: raízes e trajetórias (para a construção de uma história)", Revista *Discursos*, nº 3, Lisboa: Universidade Aberta.

28 OUTUBRO 2010 - CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA NA CÂMARA
MUNICIPAL DA LAGOA. LANÇAMENTO DE DOIS LIVROS DE ANABELA MIMOSO POR
CHRYS CHRYSTELLO

"Os Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga"

е

"Aquela palavra mar" de Anabela Mimoso



Não me sinto confortável a falar de obras escritas, sejam minhas ou de outrem, preferia antes poupar-vos a mais delongas, e dizer leiam estes livros que são muito bons. Manda, porém, a cortesia e a amizade, que teça algumas palavras sobre estes dois livros

que aqui temos hoje da escritora Anabela Mimoso, uma presença constante nos colóquios da lusofonia que há muito apoiam a obra desta autora.

Deixem-me divagar um pouco sobre a vida deste micaelense nascido em Ponta Delgada em 1843, sétimo filho de um casamento celebrado entre Joaquim Braga, antigo oficial miguelista, e Maria José da Câmara Albuquerque, descendente dos donatários da ilha de Santa Maria e falecida prematuramente. Teófilo Braga foi vítima da severidade inclemente da madrasta, Ricarda Marfim Pereira e foi disciplinarmente punido no Liceu de Ponta Delgada, onde seu pai exercia atividades letivas, por ter ridicularizado um professor que lhe contestava a pretensão de um dia ser doutor, arguindo que não via moita da qual pudesse sair tal coelho; respondeu o discípulo, em jeito escarninho, declarando que o dito professor não tinha faro.

Foi no jornal da Ribeira Grande *A Estrela Oriental*, que Joaquim Teófilo Braga fez imprimir a sua primeira e ingénua poesia: tratou-se d' "A Canção do Guerreiro", composição patriótica dedicada ao seu irmão João. O jovem poeta viria a criar o semanário *O Meteoro* e o quinzenário *O Santelmo e em* 1859, com edição custeada pelo Visconde da Praia, publicou o livro de versos *Folhas Verdes*, uma tímida imitação das *Folhas Caídas*, de Almeida Garrett. O aspirante a doutor, arriba a Coimbra em abril de 1861, com o propósito de se matricular em Direito mas cedo se distanciou da boémia académica e ali veio encontrar o seu conterrâneo Antero de Quental, chefe de fila de uma tertúlia intelectual alargada, à qual passou a pertencer com uma postura distanciada. Em 1864, convenceu um editor a publicar-lhe uma obra poética de maior fôlego, intitulada *Visão dos Tempos*, que captava em versos a essencialidade do classicismo, do judaísmo ou do cristianismo. A obra mereceu da crítica os maiores elogios de António Feliciano de Castilho e do seu séquito de admiradores lisbonenses como Manuel Pinheiro Chagas.

Teófilo doutorara-se em 1868 e casara-se mas não conseguira ingressar como professor na Academia Politécnica do Porto nem na Faculdade de Direito de Coimbra. Só em 1872 conseguiu o ambicionado lugar de professor do Curso Superior de Letras. Teófilo quis ser um pensador sistemático, ou seja, um teórico baseado num conjunto de evidências que lhe permitissem uma intrépida e dogmática interpretação do Homem, do Mundo e da Vida e abraçou o positivismo. Esta conversão, entre 1872 e 1877, apontará para um republicanismo laico compatível com as estratificações de classe do capitalismo desenvolvido. O seu visceral jacobinismo conduziu-o às teses do republicanismo federalista, de que se fez arauto e chefe de fila. A militância irá reservar-lhe um lugar de grande destaque na galeria dos republicanos e entre 1879 e 1881 irão aparecer algumas das mais marcantes obras do seu ideário político. Foi uma das mais obstinadas personalidades, de parceria com Ramalho Ortigão, a coordenar as vontades com base nas quais se organizaram, em 10 de Junho de 1880, as festividades do Tricentenário de Camões.

Enquanto professor do Curso Superior de Letras e investigador, Teófilo Braga deu-nos o exemplo de um incansável estudioso escrevendo em 1869, o livro *Cantos Populares do Arquipélago Açoreano*; os *Contos Tradicionais do Povo Português* em 1883 e os dois tomos da obra *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições* em 1885. Atento às vicissitudes do "partido do povo", em 1896, secunda o programa do Grupo Republicano de Estudos Sociais, contribuindo para a quebra da passividade em que estavam a incorrer os responsáveis cimeiros do Partido Republicano.

A situação interna de Portugal degradou-se notoriamente após a crise do Ultimato inglês. As cisões introduzidas por João Franco nos dois grandes partidos históricos da monarquia constitucional, criando, respetivamente, ao lado do Partido Regenerador um minúsculo Partido Regenerador Liberal e ao lado do Partido Progressista a patrulha da Dissidência Progressista, vieram alterar profundamente as regras da coexistência

política. A ditadura ensaiada por João Franco a partir de maio de 1907, que contou com a solidariedade efetiva do rei D. Carlos, não é mais do que um episódio desta magna crise e a culminação das pequenas e grandes provocações mútuas com que se passaram a guerrear Hintze Ribeiro, chefe do Partido Regenerador, e José Luciano de Castro, responsável máximo do Partido Progressista. Teófilo Braga acompanharia os desvarios da ditadura franquista, o regicídio e a entronização de D. Manuel II. A conspiração republicana alcançou vigor e amplitude, impulsionada pelo Partido Republicano, pela Maçonaria, pela Carbonária Portuguesa e por numerosos grupos de intervenção doutrinária, afetos ao campo republicano e deu-se a mudança do regime, pela via revolucionária na madrugada de 4 para 5 de Outubro de 1910. Teófilo Braga recebeu a confiança dos correligionários para ocupar o cargo de Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa.

Afonso Costa recebeu a herança do antigo Partido Republicano, agora designado de Partido Democrático, dando origem à formação mais numerosa, mais jacobina e de indelével expressão urbana. António José de Almeida fundou o Partido Evolucionista, mais contemporizador, com menor número de militantes e implantado sobretudo em certas franjas da burguesia rural. Brito Camacho criou uma União Republicana de certa intelectualidade lisbonense. Uma das primeiras lutas entre estes novos partidos foi suscitada pelo ato eleitoral para a presidência da República. Os "democráticos" de Afonso Costa pretenderam guindar Bernardino Machado à suprema magistratura, ao passo que os "evolucionistas" de António José de Almeida e os "unionistas" de Brito Camacho, unidos num *bloco* de ocasião e de pura intenção eleitoral, conseguiram impor a candidatura de Manuel de Arriaga. Teófilo Braga esteve sempre muito mais próximo das teses políticas dos "democráticos" do que de quaisquer outras, havendo questiúnculas insanáveis entre ele e Arriaga. Daí que tenha alinhado ao lado de Bernardino Machado e que a derrota deste tenha sido sentida como a sua própria

derrota. A partir de setembro de 1911, Teófilo Braga viu-se completamente desacompanhado, em consequência do falecimento da sua mulher. Voltará a desempenhar as mais altas funções oficiais, numa presidência republicana interina que se alargou entre maio e outubro de 1915, substituindo Manuel de Arriaga, decerto com maliciosa satisfação íntima. Cumprida a missão presidencial, Teófilo regressou aos seus livros. O sistema filosófico perfilhado por Teófilo, firmado numa depurada racionalidade positivista e no culto do cientismo, conduziu-o à defesa do materialismo e à adoção do ateísmo. Mas isto não equivaleu à impossibilidade de se aperceber da carga poética inerente ao catolicismo. Realizar na idade madura o projeto de vida que se formulou na juventude, não é ventura que todos os seres humanos possam ter. Se a resposta dada por Joaquim Teófilo Braga a um dos seus professores do Liceu de Ponta Delgada, de querer, no futuro, ser doutor, primou pela sinceridade, então encontramo-nos perante uma venturosa criatura. Trabalhador incansável, titã da escrita, ainda que revelando os pés de barro da sua precipitação impetuosa, Teófilo teve um perecimento digno de si, uma vez que morreu a trabalhar rodeado dos seus papéis, em 28 de janeiro de 1924.

Esta antologia micaelense de *Cantos Populares do Povo Açoreano* (1869) que, reeditados pela Universidade dos Açores em 1982, se encontram há muito esgotados, sofreu agora o exemplar tratamento de Anabela Mimoso que os publica sob o título *Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga*, em trinta e um textos de procedência açórica, ao acrescentar, à recolha efetuada, as versões anteriores (e subsequentes variantes...) de Adolfo Coelho e de Sylvio Romero, e ao coligi-los, na senda do seu compilador, em três secções distintas: *Contos de fada e Casos da Tradição Popular, Casos e Facécias da Tradição Popular e Lendas, Patranhas e Fábulas*.

O rigor científico que preside a esta *Antologia*, a nível metodológico, histórico e definitório, não só é corroborado pelas "Razões desta Edição", como reforçado se vê por esse paratexto que é a "Introdução".

Dele ressaltaremos:

1. Vida de Teófilo Braga que pode resumir-se num depoimento-carta aos estudantes da Academia Micaelense, em resposta a outra por estes endereçada ao Escritor no seu quadragésimo aniversário, onde identifica o Liceu de S. Miguel com o germinadouro da sua obra vindoura: "Todos os planos de trabalho que tenho realizado, todos os pensamentos que teem sido o móbil das minhas ações nasceram, desabrocharam, formaram-se em germes latentes, nesse período de juvenilidade, de ruído franco e alegre, desse vai-vem das aulas do liceu Micaelense." (1921: 2-3).

2. A Obra quer pela variedade de temas quer pela pluralidade dos seus interesses não deixou de firmar o seu espírito, de neo-garrettista desassombrado a convicto positivista, na peugada de Augusto Conte, Teófilo Braga "reputava soberanamente relevantes e de incomensurável projeção nos espíritos e na vida da comunidade as funções artísticas, as atividades estéticas, mormente quando lhe era lícito filiá-las em grandes tradições orgânicas." (1946, V-VI).

3. A Literatura Popular/Tradicional incluindo o conto tradicional açoriano: "No nosso país, são sobretudo as regiões de Trás-os-Montes, a Madeira e os Açores particularmente ricas em tradições, devido ao isolamento a que foram votadas." (2010: 12). Inesquecível se torna, a todos os níveis, "O caso do Tio Jorge Coutinho", um 'causo' em verso... O papel preponderante de Teófilo Braga na Cultura Portuguesa, a sua ação de relevo no que respeita à Literatura Tradicional, aparentada à Literatura Infantil, e a quádrupla dimensão etnográfica, moralizadora,

lúdica e pedagógica por ele conferida aos *Contos*, apesar da não ortodoxia dos seus métodos, verberados por Ricardo Jorge e Sylvio Romero, entre outros.

4. Os Contos Açorianos, de entre os quais quatro não advêm de uma ilha especificamente nomeada e vinte e sete provêm de S. Miguel, transcritos, nesta Antologia, "pela mesma ordem e com a mesma classificação que Teófilo lhes deu quando os apresentou nos seus Contos Tradicionais do Povo Português." (Mimoso, 2010: 23). Este Romanceiro Açoriano, englobando os Romances novelescos, marítimos, mouriscos, históricos e sacros, foi designado, por parte de Teófilo, por "Romanceiro de Aravias", porquanto "Aravias é o nome que o povo da ilha de S. Miguel aplica a todos os romances e chácaras e tem o valor de uma revelação histórica." (1892: 109).

Terminamos dizendo que neste livro não se esquece o conceito de açorianidade, bem como as vertentes distintas que lhe são inerentes, que readquirem esse tesouro popular de que haviam sido privados (edição esgotada), acessível, daqui para o futuro, a todo e qualquer leitor que dele desfrutará, mais ou menos avidamente, com maior ou menor grau de gula, consoante a sua 'enciclopédia' literária e cultural. Enquanto obra literária esta privilegia o barthesiano "prazer do texto", passível de leitura no seio da família, à hora vesperal dos "mágicos cansaços", aos serões 'de província' e 'de cidade', tendo como destinatários crianças e adolescentes que ainda acreditam na inocência da palavra, rejeitando a má-fé da e na linguagem.

Pelas razões acima enumeradas, esta *Antologia* organizada por ANABELA MIMOSO nunca carecerá de público-leitor. ⁷,

⁷ Bibliografia Básica

BRAGA, Teófilo, Visão dos Tempos, Porto, Em Casa da Viúva Moré-Editora, 1864.

BRAGA, Teófilo, Tempestades Sonoras, Porto, Em Casa da Viúva Moré-Editora, 1864.

BRAGA, Teófilo, As Theocracias Litterarias, Lisboa, Typographia Universal, 1865.

BRAGA, Teófilo, Theoria da Historia da Litteratura Portugueza, Porto, Imprensa Portugueza-Editora, 1872.

Braga, Teófilo, *Traços Geraes de Philosophia Positiva comprovados pelas descobertas scientificas modernas*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877.

BRAGA, Teófilo, *Soluções Positivas da Política Portugueza*. *Da aspiração revolucionaria e sua disciplina em opinião democrática*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879.

BRAGA, Teófilo, Historia das Ideas Republicanas em Portugal, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880.

CHRYS CHRYSTELLO E ROSÁRIO GIRÃO DOS SANTOS

AQUELA PALAVRA MAR,

Passemos agora ao livro infantojuvenil Aquela palavra Mar que começa por ser dedicado a "todos os que são obrigados a estar longe das suas terras (como os Chrystellos), a todos os que aprenderam a conjugar, em todos os modos e tempos, a única palavra que não sendo verbo também é conjugada: amizade".

Agui se encontra o mito, a infância, a poesia e o sonho com crença no mar.

Ainda há mar

Ainda há naus para a abstração,

Matemática dos astros e dos ventos,

Navegação do mito e seu teorema.

Ainda há mar.

Como escreveu Manuel Alegre

O que desde o princípio já foi dito?

O finito o infinito a parte o todo

Amor eternidade morte. E o grito

De quem pela primeira vez olhou

Dentro de si o abismo do universo

E aos quatro ventos repetiu: Quem sou?

Sem nunca achar resposta em nenhum verso

quem diz Açores diz mar.

Tanto mar.

Atlântico até onde chega o olhar.

E o resto é lava

E flores.

Não há palavra com tanto mar

Como a palavra

Açores.

COELHO, A. do Prado, Teófilo Braga. Notas de estudo, Lisboa, Faculdade de Letras, 1936.

FERRÃO, António, Teófilo Braga e o positivismo em Portugal (com um núcleo de correspondência de Júlio de Matos para Teófilo Braga), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1935.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

In Memoriam do Doutor Teófilo Braga. 1843-1924, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

ORTIGÃO, J. D. Ramalho, *Theophilo Braga. Esboço biographico*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879. Quarenta annos de vida litteraria (1860-1900). Com um prologo Autobiographia Mental de um Pensador Isolado por Theophilo Braga, Lisboa, Typographia Lusitana-Editora Arthur Brandão, MCMII.

Quinquagenario.1858 a 1908. Cincoenta annos de actividade mental de Theophilo Braga julgados pela critica contemporanea de tres gerações litterarias, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos & C.ª, 1908. SOARES, Mário, As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga, Lisboa, 1950.

AMADEU CARVALHO HOMEM, Faculdade de Letras — Universidade de Coimbra in http://cvc.instituto-camoes.pt/figuras/tbraga.html

BRAGA, Teófilo, *Dissolução do Systema Monarchico-Representativo*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881.

BRAGA, Teófilo, Systema de Sociologia, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1884.

BRAGA, Teófilo, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrucção publica portugueza*, Lisboa, Por ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892-1902 (4 vols).

BRAGA, Teófilo, *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1892 (2 vols).

BRAGA, Teófilo, *Discursos sobre a Constituição Politica da Republica Portugueza*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911.

BASTOS, Teixeira, *Theophilo Braga e a sua Obra*, Porto, Casa Editora Lugan & Genelioux, Successores, 1892.

CARREIRO, José Bruno, *Vida de Teófilo Braga. Resumo Cronológico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1955. CIDADE, Hernâni, Doutor Teófilo Braga. As diretrizes da sua obra de história literária, Lisboa, Faculdade de Letras, 1935.

AQUELA PALAVRA MAR, fala-nos de Luana, a menina que vive numa ilha com seu Avô e com sua Mãe Ângela já que Pedro, seu Pai, há muito abalou do espaço insular, história que todos nós reconhecemos na maioria das famílias açorianas, qualquer que seja a ilha a que pertencem.

Tal como os navegadores de antanho que aqui arribaram em busca de novas terras para além do mar, também Luana se interroga sobre o paradeiro do sol quando a lua nasce e sobre o destino das ondas que tanto vêm como vão. Luana deixa a ilha, partindo para um outro novo mundo onde aprende gradualmente o significado da palavra *saudade*, na ausência do Avô e na carência do mar.

– "Que bom morar numa ilha pequenina, ver o sol nascer no mar, erguer-se devagarinho, banhá-la todo o dia e mergulhar, de mansinho, outra vez no mar, no outro lado!" (2010: 1).

Aquela palavra mar, diz-nos que Luana não regressa à ilha, mas levantava-se "de madrugada para ir esperar o avô à praia e ajudá-lo a levar o peixe que ele apanhara durante a noite. Depois, enquanto a mãe amanhava o peixe, ela ficava na areia, chapinhando na espuma de alguma onda, procurando búzios e conchinhas." (2010: 1).

Por seu turno, o Avô "sorria. Onde iria a neta buscar aquelas ideias? Sonhos de criança, talvez. Mas que sabia ele de sonhos? Pouco tempo lhe ficava para sonhar. Era preciso remendar redes, pôr as vacas a pastar, cavar a horta..." (2010: 2). "Raras vezes parava para pensar nas saudades que tinha do filho que, desde que partira, nunca mais mandara notícias. Fora em busca de melhor vida para a filha que estava para nascer e, contudo, Luana nascera e, afinal, a sua vida era a mesma que o pai, o avô e o avô do avô tiveram. Doía-lhe pensar, por isso inventava trabalho. Até ajudava a nora, sempre atarefada entre tachos e agulhas. Pelo menos, nunca faltara de comer em casa." (2010: 2).

A ilha aqui surge como lugar mágico e fechado, não isento de perigos de ordem vária [(condições geográficas por vezes adversas - "algum antigo vulcão" (2010: 4) -, já para não falar da alusão à pirataria cristalizada no "Poço dos Piratas" (2010: 3)], mas, refúgio protetor, ponto de partida para a transmutação da realidade e subsequente criação de mundos alternativos, possíveis, ou, por outras palavras, de universos diferentes paralelos ao real.

Esta conversão da realidade processa-se através de quatro etapas: o barco, o sonho, a estranheza da viagem e a interpenetração de dois mundos racional e aparentemente distintos. "Partiram [Luana e o Avô], pois. [...] Não estavam sós. Outros barcos aproveitaram a noite serena [...] Mas não eram barcos iguais aos do avô, iguais aos outros da ilha: eram grandes, andavam sozinhos, sem auxílio de remos, e levavam muitos homens a bordo. Foi nessa noite que Luana percebeu que havia outras terras e outras gentes que não viviam exatamente como ela. E nunca mais reparou como a sua ilha era um lugar perfeito. Nunca mais sentiu a calma de viver num lugar calmo" (2010: 3). Luana passa a habitar - "terras a perder de vista", como outrora o mar, nas quais se falava "uma língua estranha" e "os costumes eram estranhos" (2010: 7) -, Mercê da palavra mágica - Aquela palavra mar "- Quando sentires a saudade do mar a roer o teu peito, chama por ele, baixinho, no teu coração." (2007: 8).

E todos nós, aqui, ao sairmos da ilha sentimos este apelo, este chamamento daquela palavra mar que traduzi em poema, em abril passado, no 13º Colóquio da Lusofonia em Florianópolis, Brasil

a ilha quilha aue ilha? a ilha

parto num parto precoce náufrago em terra açores à vista

as Ihas – que ilhas?

nascidas do fogo

enterradas por vulcões

tremidos

tremuras

ternuras atlânticas

atlântidas

ilhas cativas

no tempo e no espaço

perdidas nas brumas

no basalto e na lava

piratas

corsários

aprisionam poetas

geram autores

concebem amores

ritos e crenças

benzeduras

contra doenças e maleitas

há momentos

como este

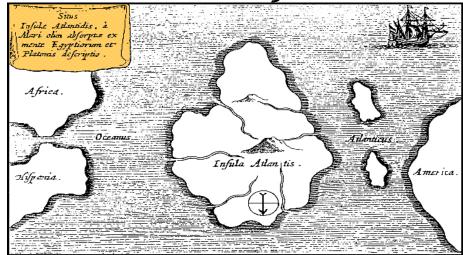
que deviam ficar eternos

parados no tempo

tudo pela ilha tudo pelas ilhas

CHRYS CHRYSTELLO

CADERNOS AÇORIANOS



Suplemento 0 OUTUBRO 2010

DEDICADO A ANABELA MIMOSO

Todas as edições estão em linha http://www.lusofonias.net

Editor Colóquios da Lusofonia (Chrys Chrystello)

Coordenadoras Helena Chrystello / Rosário Girão dos Santos

Os colóquios da lusofonia seguem a nova ortografia desde FEV.º 2009

